

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PAULA HOHGRAWE DE AGUIAR**

**OS ACORDOS DE OSLO (1993) – CONSEQUÊNCIA E CAUSA DAS  
INTIFADAS**

Porto Alegre

2011

**PAULA HOHGRAWE DE AGUIAR**

**OS ACORDOS DE OSLO (1993) – CONSEQUÊNCIA E CAUSA DAS  
INTIFADAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

**Porto Alegre**

**2011**

**PAULA HOHGRAWE DE AGUIAR**

**OS ACORDOS DE OSLO (1993) – CONSEQUÊNCIA E CAUSA DAS  
INTIFADAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini - orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins  
UFRGS

---

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira  
UFRGS

Aos meus pais.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é primeiramente dedicado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsável não somente por minha formação como profissional de Relações Internacionais, mas também como pessoa. Dedico ainda este trabalho a todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, vocês sempre me inspiraram a sempre me inspiraram a fazer o meu melhor. Aos professores José Miguel Quedi Martins e Analúcia Danilevicz Pereira, agradeço por terem aceitado compor minha banca examinadora e por me permitirem absorver seu conhecimento acerca do tema deste trabalho. Em especial, dedico este trabalho ao meu professor orientador Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, por ter aceitado me orientar e ter me motivado a construir este trabalho de tema complexo e controverso.

Aos meus colegas e grandes amigos do curso de Relações Internacionais, deixo aqui meu agradecimento. A companhia de vocês e o apoio em todos os momentos foi essencial para que minha experiência acadêmica se tornasse ainda mais marcante. Aos meus amigos do curso de Economia, com quem partilhei diversos intervalos e momentos em salas de aula, a vocês também dedico este trabalho.

Agradeço também ao *Institut d'Études Politiques* de Grenoble e a *Universität Heidelberg* por terem me aceitado como aluna intercambista, proporcionando a mim um crescimento acadêmico e pessoal indescritível. Aos amigos que compartilharam comigo essa experiência no exterior, muito obrigada. Vocês fizeram parte de um dos momentos mais importantes da minha vida e a amizade de vocês é um dos bens mais preciosos que tenho.

Por fim, agradeço ao Matheus pelo seu apoio e carinho neste último ano de faculdade. Você foi muito importante, me mantendo constantemente confiante de que eu seria capaz de alcançar tudo o que almejava. Agradeço também aos meus familiares por servirem de inspiração para o que sou hoje e para o que pretendo ser, por sempre acreditarem no meu potencial. Acima de tudo, agradeço aos meus pais por terem investido em minha educação e por terem me possibilitado as condições de realizar todos os meus sonhos. Eu não seria nada sem vocês.

A todos, muito obrigada.

O homem nasceu livre, e em todos os lugares ele está acorrentado.

(Jean-Jacques Rousseau, 1762)

## RESUMO

As relações entre israelenses e palestinos têm sido instáveis desde a criação do Estado de Israel, em 1948. Diversos conflitos existiram e suas conseqüências levaram a construção dos Acordos de Paz de Oslo, cuja negociação foi motivada pelo levante palestino de 1987, conhecido como a Primeira Intifada. As negociações secretas de 1993 iniciadas em Oslo foram o primeiro passo para a construção de um processo de paz que durou sete anos, em que se propunham a retirada militar israelense dos territórios ocupados em 1967 e o reconhecimento mútuo entre israelenses e palestinos. O descumprimento dos termos dos Acordos de Oslo levou a um novo levante em 2000, a Segunda Intifada. Durante todo este período, houve mudanças na política interna israelense e palestina, que muitas vezes alteraram o curso de conflitos e negociações de paz, intensificando-os ou bloqueando-os.

O objetivo deste trabalho é analisar que fatores foram essenciais para que a iniciativa de paz de 1993 fosse tomada e posteriormente descumprida. Argumentamos que há uma relação causal entre o descumprimento dos Acordos de Paz de Oslo (1993) e a eclosão da Segunda Intifada (2000), assim como entre os Acordos de Oslo e a Primeira Intifada (1987).

Palavras-chave: Acordos de Paz de Oslo, Israel, Palestina, Organização para a Libertação da Palestina, conflito palestino-israelense, Intifada.

## **ABSTRACT**

Relations between Israelis and Palestinians have been unstable since the creation of Israel in 1948. There were several conflicts and its consequences led to the construction of the Oslo Accords, whose negotiations were motivated by the 1987 Palestinian uprising, known as the First Intifada. Secret negotiations that began in Oslo in 1993 were the first step to building this peace process that lasted seven years and proposed the Israeli military withdrawal from territories that were occupied in 1967, as well as the mutual recognition between Israelis and Palestinians. Failure to comply with the terms of the Oslo Accords led to a new uprising in 2000, the Second Intifada. Throughout this period, there were changes in the Israeli and Palestinian internal politics, which often changed the course of conflict and peace negotiations, intensifying them or blocking them.

The objective of this study is to analyze what factors were essential so that the peace initiative of 1993 would be initiated and later violated. We argue that there is a cause-consequence relation between the failure of the Oslo Accords (1993) and the outbreak of the Second Intifada (2000), as well as between the Oslo Accords and the First Intifada (1987).

Keywords: Oslo Peace Accords, Israel, Palestine, Palestine Liberation Organization, Palestinian-Israeli conflict, Intifada.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Plano de Divisão das Nações Unidas de 1947 .....	p. 18
Mapa 2 – Perda de território palestina de 1946 a 2000 .....	p. 19
Mapa 3 – Mapa de Israel Pós-Guerra dos Seis Dias .....	p. 22
Mapa 4 – Mapa de Israel Pós-Guerra do Yom Kippur .....	p. 24
Mapa 5 – Mapa de Israel após a devolução do Sinai ao Egito .....	p. 26
Mapa 6 – Primeira Fase da readaptação (Áreas de A & B) – parte do Acordo Provisório Palestino-Israelense sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza .....	p. 35
Mapa 7 – Mapa de Campos de Refugiados Palestinos em 1993 .....	p. 41
Mapa 8 – Propostas israelenses de fronteiras em Camp David II e em Taba .....	p. 52
Ilustração 1 – Foto de Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e Bill Clinton na assinatura dos Acordos de Paz de Oslo em 1993 .....	p. 74

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
2. CONTEXTO HISTÓRICO .....	15
2.1 Origens e Breve Histórico do Conflito .....	15
2.2 A Primeira Intifada .....	28
3. OS ACORDOS DE PAZ DE OSLO .....	32
3.1 Assinatura dos Acordos de Oslo .....	32
3.2 Principais Pontos do Acordo .....	37
4. O FRACASSO DOS ACORDOS DE OSLO E A SEGUNDA INTIFADA .....	45
4.1 Discordância e Descumprimento do Acordo .....	45
4.2 Segunda Intifada – das causas ao declínio .....	50
5. CONCLUSÃO .....	59
REFERÊNCIAS .....	62
ANEXOS .....	67
ANEXO A .....	67
ANEXO B .....	72
ANEXO C .....	73
ANEXO D .....	74

## 1. INTRODUÇÃO

Esta monografia visa analisar historicamente o conflito palestino-israelense desde o início da Primeira Intifada (1987) até o fim da Segunda Intifada (2005), buscando entender os esforços na busca da paz que se verificam através dos Acordos de Oslo assinados em 13 de setembro de 1993. Essa análise busca igualmente apresentar os fatores que levaram ao fracasso dos acordos de paz entre o então Presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, e o governo de Israel, então representado por Yitzhak Rabin, que se iniciaram em Oslo, na Noruega.

A escolha dos Acordos de Paz de Oslo como tema central da análise deste trabalho ocorreu devido à importância que o conflito palestino-israelense apresenta até hoje. Este conflito que já tirou tantas vidas e destruiu lares de tantas pessoas deve ser constantemente retratado para que a indignação com relação a esta situação não se amenize com o passar do tempo. Com tantas tentativas de alcançar a paz na região, os Acordos de Oslo foram escolhidos por terem iniciado o processo de paz que se estendeu por mais tempo e que gerou mais esperanças na opinião pública internacional de que a paz poderia ser alcançada. Além disso, o tema se demonstra oportuno, pois uma nova negociação de paz foi iniciada em setembro de 2010, avançando aos poucos com intermédio do governo estadunidense de Barack Obama e sua Secretária de Estado, Hillary Clinton. A análise histórica do período de 1987 a 2005, poderá se apresentar futuramente como um instrumento válido de comparação entre as tratativas de paz de 1993 que culminaram nos Acordos de Paz de Oslo e as negociações diretas que vêm sendo travadas atualmente.

Para garantir uma qualidade satisfatória da análise dos acontecimentos que levaram ao início da Primeira Intifada, bem como dos fatos ocorridos durante este conflito e das consequências deste para Israelenses e para o povo palestino é preciso estender a delimitação temporal, iniciando-a a partir da criação do Estado de Israel; isso se dá essencialmente, pois os termos que foram negociados, em 1993, nos Acordos de Oslo estão diretamente relacionados aos conflitos que ocorreram desde o anúncio da criação de Israel e suas consequências. Este trabalho de conclusão visa, portanto, apresentar as tratativas que levaram a assinatura dos Acordos de Paz de Oslo de 1993 como consequência da Primeira Intifada; tendo, além disso, induzido a ocorrência da Segunda Intifada em decorrência do

descumprimento do Acordo tanto pela OLP quanto por israelenses. Busca-se ainda apresentar como a repercussão negativa da Primeira Intifada em âmbito internacional levou o governo de Israel a buscar novos planos de paz. Ao analisar a derrocada do processo de paz iniciado nas conversas secretas entre Israel e a OLP em Oslo, procura-se observar as diversas oposições que repercutiam dentro das sociedades israelense e palestina, apresentando-as como instrumentos que puseram em xeque o processo de paz de 1993; além disso, busca-se demonstrar como a negativa israelense da retirada de tropas dos territórios palestinos ocupados em 1967, que estava prevista pelos Acordos de Paz de Oslo foi essencial para a deflagração da Segunda Intifada, em 2000.

Como fonte para o embasamento da análise que se apresenta nesta monografia, foram utilizadas obras de historiadores e jornalistas, assim como documentos oficiais das Nações Unidas e dos próprios governos. A literatura disponível acerca das relações internacionais no Oriente Médio se divide majoritariamente em três grupos: a corrente historiográfica, a corrente realista e a idealista. Todas estas correntes foram utilizadas para formulação deste trabalho, mas algumas tiveram maior destaque, como a historiográfica e a idealista. A corrente idealista, que analisa os valores e percepções daqueles que estão envolvidos na construção das relações internacionais, é uma das mais presentes no estudo dos conflitos árabe-israelenses, pois se preocupa com o papel que as ideologias políticas assumem nesta análise.<sup>1</sup> A corrente realista, por outro lado, se baseia no papel dos sistemas e Estados, focando em segurança e maximização do poder; essa corrente apresenta limitações consideráveis, entretanto, pois desconsidera o papel das ideologias e minimiza os fatores internos das sociedades, que são essenciais para a análise das relações internacionais.<sup>2</sup> O último grupo é a corrente historiográfica, que se baseia em narrativas e foi a primeira corrente de análise das relações internacionais; a contextualização histórica desta monografia, essencial para a compreensão do processo de paz iniciado com as assinaturas dos Acordos de Oslo, se baseia majoritariamente na corrente historiográfica.

A compreensão do conflito palestino-israelense demanda mais do que uma carga intensa de leitura, é preciso primeiramente despir-se dos preconceitos e questionar a precisão das informações que há anos são consideradas verdades a respeito dos povos do Oriente Médio. Diversos são os mitos que circulam sobre as tradições e perspectivas de árabes e

---

<sup>1</sup> HALLIDAY, 2005b. p. 30.

<sup>2</sup> HALLIDAY, 2005b. p. 23-25.

israelenses, mas alguns devem ser abordados para tornar a análise dos conflitos e processos de paz menos suscetível a tendenciosidades. A crença de que o conflito árabe-israelense é uma disputa pela terra sagrada, baseado dos textos sagrados de cada povo, por exemplo, acaba levando muitas pessoas a não observarem as reais razões que se encontram por trás destes conflitos. Segundo Fred Halliday,

[...] As earth, rocks, trees and rivers have no religious character, there cannot, as such, be such a thing as a 'holy' land. [...] Nor are there any such thing as 'holy' texts. The written word is put there by human beings; by, in large measure if not entirely, men. (HALLIDAY, 2005, p. 158.)<sup>3</sup>

O primeiro capítulo deste trabalho está dividido em duas seções. A primeira seção realizará uma contextualização histórica, tratando de acontecimentos históricos que datam do período da criação do Estado de Israel, passando pelos principais conflitos árabe-israelenses, até a ofensiva militar israelense contra o Líbano, em 1982, que buscava expulsar a OLP daquele território. A segunda seção analisará a Primeira Intifada, discorrendo sobre suas causas e levantando dados sobre o conflito em si, pois busca-se mostrar que este levante foi a causa direta das negociações que levaram aos Acordos de Paz de Oslo.

O segundo capítulo é igualmente dividido em duas seções dedicadas unicamente aos Acordos de Oslo. O primeiro ponto do capítulo tratará da assinatura dos acordos, analisando especialmente as negociações na Noruega que antecederam a assinatura oficial em Washington e os acordos posteriores que fizeram parte do conjunto de documentos que configura os Acordos de Paz de Oslo. Além disso, esse ponto ainda tratará das forças políticas que atuaram na construção deste processo de paz. O ponto seguinte realizará uma análise técnica dos acordos, buscando entender quais artigos foram mais relevantes, assim como quais tratavam das questões mais críticas, que posteriormente foram ignoradas levando ao insucesso do processo de paz.

O terceiro e último capítulo, também dividido em dois pontos de análise, ainda tratará do tema central de análise deste trabalho. O descumprimento dos termos dos Acordos de Oslo receberão enfoque no primeiro ponto do capítulo, e nele serão analisadas as forças políticas opositoras ao processo de paz, os artigos do acordo que foram descumpridos, as atitudes

---

<sup>3</sup> “[...] Como terra, rochas, árvores e rios não têm caráter religioso, não pode, portanto, existir tal coisa como uma terra 'santa'. [...] Também não há tal coisa como escrituras 'sagradas'. A palavra escrita é colocado lá por seres humanos; por, em grande medida, se não inteiramente, homens.” (HALLIDAY, 2005a, p. 158.) Optou-se por apresentar o texto aqui traduzido no corpo do trabalho em sua língua original, pois a tradução acaba por diminuir o impacto do texto original.

provocativas de cada Estado para com o outro, a pressão internacional e o apoio estadunidense à Israel. Finalizando este capítulo, a Segunda Intifada será analisada na posição de consequência direta do descumprimento dos termos dos Acordos de Oslo. Além disso, serão levantadas as consequências aos povos envolvidos e as tentativas de finalização do levante, com o Mapa da Estrada e o Plano de Retirada de Sharon.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

No primeiro capítulo desta monografia busca-se apresentar uma contextualização histórica breve, focando no período posterior a criação do Estado de Israel, em 1948, até o término da Primeira Intifada, em 1993. A análise dos conflitos e processos de paz entre israelenses e árabes é apresentada visando uma melhor compreensão das questões que serão posteriormente tratadas nos Acordos de Oslo de 1993. Durante a análise destes acontecimentos, as principais forças políticas que atuavam nos países serão levantadas e descritas com intuito de garantir maior criticidade e profundidade à análise; além disto, ainda serão brevemente descritas as mudanças na percepção da opinião internacional em relação aos países com o passar dos anos e conflitos.

Desde a criação do Estado de Israel em 1948, suas fronteiras estiveram em movimento, seja em decorrência do resultado dos conflitos em que o Estado esteve inserido, ou através da disseminação das colônias em territórios conquistados. As fronteiras de Israel foram questão central em todos os acordos de paz assinados com seus Estados vizinhos; portanto, as principais alterações serão ilustradas através de mapas no decorrer deste e dos próximos capítulos que compõe este trabalho.

### 2.1 Origens e Breve Histórico do Conflito

A origem dos conflitos árabe-israelenses remete a mais de 100 anos atrás, ao surgimento do sionismo em 1880, que despertou a idéia da criação de um estado judaico.<sup>4</sup> No entanto, para uma melhor compreensão destes conflitos é preciso ter conhecimento acerca dos dois povos que estão diretamente envolvidos neles: palestinos e israelenses. A definição mais abrangente dos palestinos é “todos aqueles, e seus descendentes, que habitavam a região antes de 14 de maio de 1948” (CARTER, 2007, p.58); portanto, a definição está diretamente condicionada ao pertencimento da região no período anterior a formação do Estado de Israel. Os britânicos, que desde a queda do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial possuía o Mandato da Palestina, realizaram um censo em 1922, e apuraram que na região existiam 84.000 judeus e 670.000 árabes, dos quais 71.000 eram cristãos. Após a criação do Estado de

---

<sup>4</sup> ARAGÃO, 2006, p.41.

Israel os palestinos mantiveram firmes objeções ao enraizamento do povo judeu no que eles consideravam sua terra por direito, mas não foi até o anúncio israelense de que iriam transpor parte da água do mar da Galileia e do rio Jordão para irrigação da porção ocidental de Israel, que a OLP foi formalmente organizada. Após a Guerra de 1948, 700.000 palestinos que viviam na região foram expulsos ou fugiram após terem presenciado a destruição de suas residências.<sup>5</sup> Para melhor entendimento do povo judeu, analisar o período da diáspora judaica é essencial; neste período, a construção social sionista na região da Palestina era anormal, havendo poucos trabalhadores de classe baixa e agricultores, e muitos estudiosos e profissionais liberais, o que gerava falta de mão-de-obra. Os sionistas passaram então a buscar a modificação dessa estrutura social na Palestina, algo que se iniciou com a segunda onda de chegada de judeus no território, entre 1923 e 1925. A chegada de poloneses comerciantes e artesãos, que abandonaram a Polônia em razão de uma quebra do pequeno comércio no país, é a segunda onda de imigração, em que os integrantes buscavam uma cidade em que pudessem reproduzir sua vida na Polônia, praticando o comércio. As ondas de imigração de judeus para a Palestina aumentaram significativamente a presença judaica neste território; assim, em 1931, os judeus eram 174.610 de um total de 1.035.821 habitantes da Palestina. Para garantir o assentamento do povo judaico que chegava ao território, o fundo da Organização Sionista Mundial para a compra e o desenvolvimento da terra aumentou as aquisições de terras, que se tornavam então “propriedade eterna do povo judaico” e só poderia ser arrendada para judeus.<sup>6</sup>

Essencial para construção do sionismo e obtenção do apoio internacional à causa sionista foi a figura do jornalista Theodore Herzl, que escreveu um livro defendendo a construção de um Estado para o povo judeu para satisfação de suas aspirações; da mesma forma, as atividades diplomáticas de Herzl fizeram com que grandes potências, a exemplo da Inglaterra, considerassem legítimas tais aspirações.<sup>7</sup> Em 1917, é emitida pela Inglaterra a Declaração de Balfour, aprovando e prometendo o estabelecimento de um Estado judaico na Palestina, sendo esta declaração considerada a primeira consagração internacional do sionismo.<sup>8</sup> Essa declaração recebeu apoio dos governos aliados e seus princípios foram reconhecidos no mandato para a Palestina, que foi atribuído à Grã-Bretanha em 1920. Ainda nos anos 1920, houve a formação de comitês árabes contrários a concretização da Declaração de Balfour, cujo objetivo era pedir anulação da declaração e a incorporação da Palestina pela

---

<sup>5</sup> CARTER, 2007, p.58.

<sup>6</sup> COGGIOLA, 2006, p.24.

<sup>7</sup> ARAGÃO, 2006, p.42.

<sup>8</sup> PILATI; PIRES, 2008, p.6.

Síria; a partir deste momento, o sentimento árabe demonstrou um certo grau de organização, expressando oposição ao estabelecimento de uma nação judaica naquela região.<sup>9</sup>

Durante os anos 1920 e 1930, os ingleses observaram os problemas causados pelas ondas de imigração judaica e decidiram proibir a continuidade deste movimento através do Livro Branco Britânico, de 1939, dossiê que debateu a imigração, o futuro político do mandato britânico na Palestina e a compra de terras por judeus, propondo a criação de um só Estado para árabes e judeus em um prazo de dez anos.<sup>10</sup> Segundo este dossiê, a imigração judaica para a Palestina ficaria limitada a um máximo de 75000 pessoas nos cinco anos seguintes, fazendo com que a população de judeus atingisse um terço da população total da região. Após este período de cinco anos, não seria mais permitida sua imigração para a Palestina a menos que os árabes da região estivessem dispostos a aceitá-la.<sup>11</sup> Antes de 1939, no entanto, ocorreu ainda uma grande onda de imigração de judeus da Alemanha e da Áustria, incluindo diversos intelectuais que criaram a primeira universidade judaica na Palestina. Neste período, já existia – a nível interno - uma organização autônoma de judeus, com a presença de partidos políticos e até mesmo de uma organização militar, Haganah, formada por pequenos grupos de terroristas judeus. Uma série de atos de violência por parte da Haganah foi iniciada quando do acontecimento de um acidente no qual ocorreu a destruição de alguns barcos de imigrantes, o que também despertou ressentimentos judaicos em relação ao Livro Branco.<sup>12</sup>

Entre 1945 e 1947, há uma grande imigração ilegal de judeus para a Palestina, mas como essa entrada não foi considerada suficiente pelo povo judeu, os judeus da Palestina iniciaram uma série de ataques terroristas contra os soldados ingleses, buscando a liberdade de seu território. Essa estratégia fez com que, em 1947, uma comissão especial das Nações Unidas visitasse a Palestina e questionasse os habitantes da região, apresentando em um relatório a conclusão de que os ingleses deveriam deixar o território e a Palestina deveria ser dividida em dois Estados – um árabe e um judeu. Essa solução foi acatada pela Agência Judaica, mas rejeitada pelos árabes. Após a Segunda Guerra Mundial e o extermínio de seis milhões de judeus, a opinião internacional se tornava cada vez mais favorável a criação de um Estado judaico na Palestina. O ano de 1947 é de extrema importância para a história do

---

<sup>9</sup> ARAGÃO, 2006, p.43.

<sup>10</sup> COGGIOLA, 2006, p.27.

<sup>11</sup> Livro Branco de 1939, The Avalon Project, Yale Law School.

<sup>12</sup> ARAGÃO, 2006, p.45.

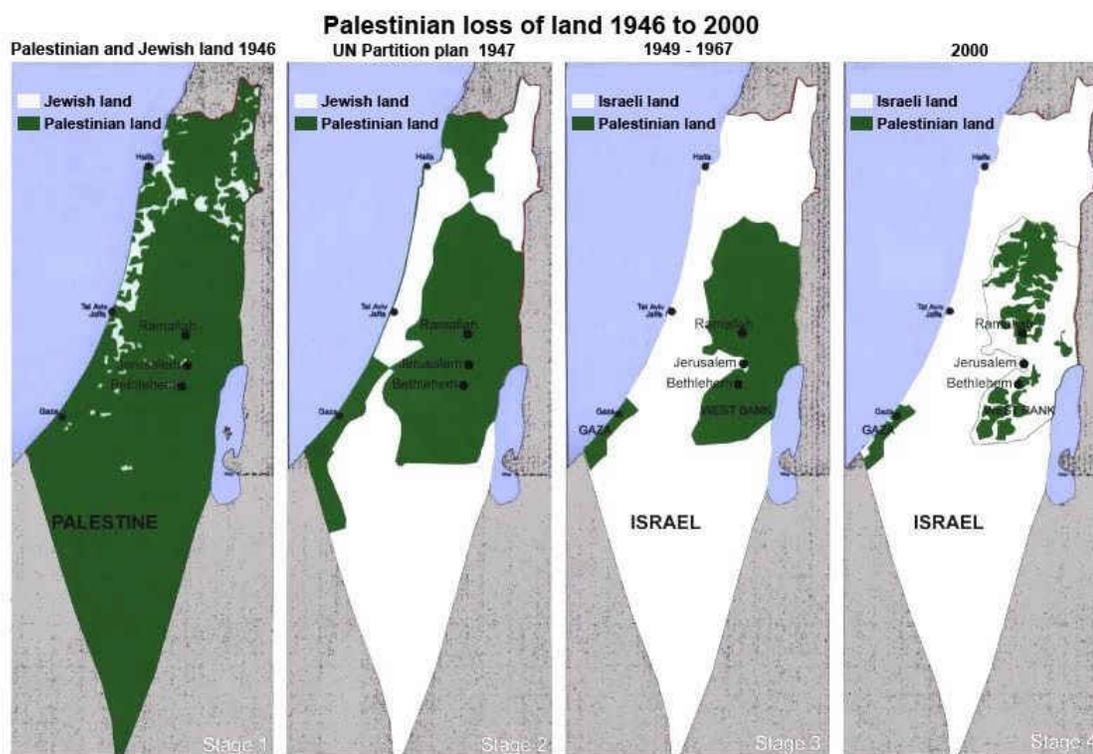
conflito árabe-israelense, pois ocorre a reunião da Assembléia Geral de ONU em que fica decidido na Resolução 181 (ANEXO A), que seria realizada a divisão da Palestina, conforme o mapa abaixo - decisão que é contestada pelos líderes árabes; no entanto, dois dias após a decisão ser tomada, Israel declara o estabelecimento do seu próprio Estado, iniciando um conflito que torna impossível a divisão do território.

MAPA 1



A fundação de Israel, cujo reconhecimento pelo presidente estadunidense Harry Truman foi quase que imediato, ocorreu em maio de 1948, em meio à guerra e à violência, que permaneceram presentes na vida de israelenses e palestinos por toda a década de 1950.<sup>13</sup> No dia da declaração de independência, os Estados árabes declararam guerra a Israel e invadiram seu território, iniciando um conflito que durou até 1949, quando Israel exigiu um armistício na posição de vencedor. Durante essa guerra ocorreu um êxodo massivo da população árabe da Palestina, que se refugiou principalmente na Jordânia, já que receberam não apenas abrigo, mas também a nacionalidade do país; este êxodo acabou permitindo que Israel se apropriasse de territórios palestinos, diminuindo o espaço deste povo na região ao longo dos anos, como pode se observar nos mapas abaixo.

MAPA 2



Fonte: Occupation Magazine, Tel Aviv, 2005.

Os árabes que permaneceram em Israel após a guerra receberam a nacionalidade e os mesmos direitos civis e políticos que os cidadãos israelenses; sem precisar, entretanto, fazer parte do exército israelense. Nos anos 1950, não há recursos financeiros suficientes para se

<sup>13</sup> SMITH, 2008, p.52.

adquirir toda a matéria-prima que é necessária e que não existe em Israel; entretanto, isso é superado com auxílio internacional, que vem principalmente da Alemanha, através de reparação financeira que é aceita pelo governo. Apesar das inúmeras manifestações contrárias ao recebimento desta reparação, a ajuda foi essencial para o desenvolvimento do Estado de Israel.<sup>14</sup> Outro país que auxilia Israel neste momento é a França, que teria instalado secretamente um reator nuclear no país; mostrando, portanto, diferentemente do que se acredita, que foi a França, e não os Estados Unidos, que encabeçaram o auxílio a Israel até 1962, quando da independência da Argélia, que levou a França a reavaliar sua posição no Oriente Médio.<sup>15</sup>

Durante toda a história do Oriente Médio, a Palestina foi um território que sofreu intervenções de diversos atores internacionais que não pertenciam à região, especialmente devido a sua posição geográfica, que é estratégica por unir os continentes europeu, asiático e africano; no entanto, foi após o início da Guerra Fria que o interesse de URSS e Estados Unidos se intensificou ainda mais; afinal, o domínio total daquela região por algum dos dois países poderia comprometer inteiramente o equilíbrio da balança de poder internacional. Em 1956, durante a Crise de Suez, também conhecida como Segunda Guerra Árabe-Israelense, ocorre a união de Israel, Grã-Bretanha e França em um ataque ao Egito, que havia nacionalizado o ainda britânico Canal de Suez, impedindo o acesso de Israel ao Mar Vermelho.<sup>16</sup> Neste conflito, Israel invadiu a Península do Sinai e ao ganhar posição, recebeu a proposta da França e da Grã-Bretanha que buscavam ocupar a Zona do Canal. Como resposta, a URSS ameaçou intervir em nome do Egito; enquanto o presidente estadunidense, Eisenhower, pressionou Israel, França e Grã-Bretanha a concordarem com um cessar-fogo e a se retirarem do território egípcio. Ao fim do conflito, que durou apenas uma semana, o Egito se alinhou diretamente à URSS.

A Guerra dos Seis Dias, iniciada em 5 de junho de 1967, é a 3ª guerra árabe-israelense e uma das mais importantes historicamente. Nasser, presidente do Egito, bloqueia a saída de Israel para o mar vermelho novamente, o que leva Israel a realizar uma guerra preventiva em junho de 1967, atacando a força aérea egípcia em uma guerra relâmpago.<sup>17</sup> Ao fim da guerra, Israel triplica a área de seu território, adquirindo domínio de uma parte importante do

---

<sup>14</sup> WEBER, 1988.

<sup>15</sup> THE ISRAEL PROJECT. **French - Israeli Relations (1947 - 2008)**.

<sup>16</sup> ARAGÃO, 2006, p.47.

<sup>17</sup> SMITH, 2008, p. 52.

território árabe – as Colinas de Golã, a Cisjordânia, toda Jerusalém, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai.<sup>18</sup> A Organização das Nações Unidas, considerando a aquisição destes territórios inadmissível, redige a Resolução 242 (ANEXO B), em 22 de novembro de 1967, exigindo a retirada israelense dos territórios ocupados. Devido a essa guerra a França retira totalmente seu apoio a Israel, realizando um embargo a compra de aviões deste país; após o fim do apoio francês, os Estados Unidos assumem esta posição de apoio ao povo judeu e nela permanecem até hoje. A partir de 1968, a questão palestina ganha força e adquire um novo “chefe”, Yasser Arafat, que lidera a Organização para a Libertação da Palestina no embate palestino-israelense. A OLP passa a realizar ações contra Israel a partir do território jordaniano, onde se encontra sediada, recebendo auxílio do exército da Jordânia e sendo financiada por diversos Estados árabes. Na Jordânia, o prestígio da OLP aumenta, mas isso não impede que a opinião de facções militares, incluindo a do próprio rei, contrárias a presença palestina no território jordaniano se disseminasse. Em 1970, a tensão leva a uma semana de guerra civil, que culmina na expulsão do povo palestino da Jordânia. A OLP se desloca então para o Líbano, onde se torna “um Estado dentro de um Estado”. A situação do povo palestino, que era discriminado dentro de Israel e nos territórios ocupados, foi piorada nas décadas de 1970 e 1980, quando o expansionismo israelense, estendeu-se para o Líbano, com o intuito de expulsar a OLP do território libanês<sup>19</sup>.

Após a obtenção do território ocorrida ao final da Guerra dos Seis Dias, a primeira colonização feita por Israel é na região das Colinas de Golã e é prioritariamente uma questão de segurança e não religiosa; essa colonização se estende através da fronteira entre a Cisjordânia e a Jordânia. O movimento de colonização seguinte aconteceu na Península do Sinai – que é posteriormente abandonada quando ocorre a devolução do território ao Egito. No começo do século XXI, cerca de 400 mil israelenses viviam em Gaza e na Cisjordânia, e em muitos casos o que se considerava colônias ou assentamentos eram na realidade pequenas cidades bem estabelecidas. Todos estes assentamentos são ilegais segundo a Quarta Convenção de Genebra, de 1948, que é hoje conhecida como direito humanitário internacional e proíbe Estados de estabelecerem populações civis em território ocupado.

A guerra de 1967 resultou em uma perda territorial expressiva para três países árabes, em cerca de 200 mil refugiados que atravessaram o rio Jordão em direção ao leste e, além disso, colocou 600 mil palestinos sob controle militar israelense na Cisjordânia. O território

---

<sup>18</sup> ARAGÃO, 2006, p.48.

<sup>19</sup> COGGIOLA, 2006, p. 43.

sob comando israelense foi triplicado, como se pode observar no mapa abaixo, e Israel estava decidido a manter o que havia conquistado, pois acreditava que com isso melhoraria sua segurança nacional.<sup>20</sup>

MAPA 3



Fonte: Israel Ministry of Foreign Affairs

Israel reforçou sua presença militar nos territórios ocupados com o passar do tempo, especialmente nas entradas das cidades palestinas, restringindo a movimentação entre elas,

<sup>20</sup> SMITH, 2008, p. 53.

transformando os territórios ocupados em espaços ilhados e desconectados.<sup>21</sup> Após o término da Guerra dos Seis Dias, a imigração judaica se intensificou e alcançou seu auge em 1973, período em que diversos judeus migravam da União Soviética em direção a Israel. Em diversas cidades de Israel, o governo recebia esses imigrantes com emprego garantido e moradia.<sup>22</sup> Apesar da intensa imigração judaica para a região, três anos de relativa calma foram mantidos especialmente pela política exterior em busca da paz da Primeira Ministra israelense Golda Meir. Meir foi integrante do partido Mapai (movimento socialista) cuja fusão com o partido Rafi (movimento esquerda) gerou uma nova composição ao Partido Trabalhista.<sup>23</sup> Ela permaneceu no cargo como Primeira Ministra de 1969 a 1974 e, nestes anos, realizou medidas de busca pela paz com os países vizinhos, sem deixar de ter uma política de medidas extremas contra membros de organizações cujas práticas terroristas ameaçavam a segurança do Estado de Israel.

Os anos tranquilos foram então interrompidos abruptamente pelo ataque a Israel orquestrado pelo Egito e pela Síria, em 1973 durante o feriado Judaico do Dia da Expição (Yom Kippur), aproveitando a vantagem do elemento surpresa. A união dos Estados árabes durante a Guerra do Yom Kippur foi admirável, utilizando com sucesso o controle que possuem sobre o petróleo para receberem concessões da Europa Ocidental e do Japão; no entanto, Israel retomou com firmeza os esforços de guerra, e seu exército atravessou o Canal de Suez e entrou na Síria. A Guerra do Yom Kippur é o momento da história em que Israel é surpreendido pelo Egito e pela Síria, mostrando que suas defesas não são impenetráveis como o povo israelense acreditava<sup>24</sup>; desta forma, esta guerra faz com que a opinião pública israelense se modifique, acusando o Estado de Israel de mentir, levando o povo a crer em uma superioridade que se provou irreal. Em consequência, o desgosto do povo em relação ao governo de Israel levou a Primeira-Ministra Golda Meir a renunciar ao cargo em junho de 1974, o qual foi preenchido por Yitzhak Rabin; posteriormente, o partido trabalhista perdeu terreno, sendo superado pelo partido de oposição de direita, Likud, na eleição de 1977, em que Menachem Begin se tornou primeiro-ministro. Begin, cuja orientação política era reconhecidamente mais militarista que a de seu antecessor, conseguiu reunir uma coalizão majoritária que aceitou sua tese de que os territórios anexados de Gaza e da Cisjordânia pertenciam ao Estado de Israel por direito e estes não seriam utilizados como moeda de troca

---

<sup>21</sup> ARAGNO, 2003.

<sup>22</sup> CARTER, 2007, p.25.

<sup>23</sup> ARONOFF, 1993, p. 25.

<sup>24</sup> VIZENTINI, 2002, p. 56.

na busca pela paz com os árabes. É importante lembrar, entretanto, que apesar de surpreendido, Israel avançou suas fronteiras na Guerra do Yom Kippur, adquirindo novos territórios em relação a 1967, como pode se observar no mapa abaixo.

MAPA 4



Fonte: Israel Ministry of Foreign Affairs

Concomitante a Guerra do Yom Kippur, em dezembro de 1973, houve a convocação da Conferência de Paz de Genebra pelos Estados Unidos e União Soviética, com base na Resolução 338 (ANEXO C), sob os auspícios da ONU, com a participação de Israel, Síria e Egito. Mesmo com a mudança na política israelense ocorrida nas eleições de 1977, a idéia da reconvocação da conferência de paz foi a princípio reendossada pelo novo chefe de governo israelense, Menachem Beguin. Em janeiro de 1974, um progresso tangível foi obtido na assinatura dos acordos de retirada de forças entre Israel e o Egito; e em maio de 1975, quando da assinatura de acordos semelhantes entre Síria e Israel. Apesar da escalada do terrorismo que foi percebida nos anos de 1974 e 1975, estes acordos abriram caminho para um progresso rumo à paz, em especial com o Egito. Em novembro de 1977, o presidente egípcio Anuar Sadate reuniu-se em Jerusalém com o primeiro-ministro Menachem Beguin e outros líderes do governo israelense. Tal visita, apesar de infrutífera, desencadeou um processo de negociações diretas entre Israel e o Egito, que resultaram nos Acordos de Camp David, que foram uma base para a solução do problema palestino e um anteprojeto para a conclusão dos tratados de paz entre os dois países, cuja finalização ocorreu com assistência do presidente estadunidense, Jimmy Carter.<sup>25</sup> Em 1982, o Sinai é devolvido ao Egito, após o cumprimento de Israel com seus compromissos, em que renunciou a bases militares estratégicas e campos petrolíferos na região; além disso, um fator determinante que facilitou as negociações entre os dois Estados foi o fato de que os grupos religiosos israelenses não consideravam o Sinai como parte do “território prometido de Israel”.

Embora o tratado de paz entre Israel e Egito tenha tido como resultados a evacuação de alguns territórios egípcios ocupados e a abertura do Canal de Suez para os navios de Israel, ele nada fez para concretizar uma retirada das forças de ocupação israelenses de Jerusalém Oriental, da Margem Ocidental e das colinas do Golã, na Síria, mas principalmente, deixou intocado o cerne do problema - a condição dos palestinos. Na realidade, o tratado resultou no agravamento da tensão no Oriente Médio, que se manifestou por um aumento da intransigência israelense nos territórios ocupados, além do isolamento do Egito do resto do mundo árabe.<sup>26</sup> O presidente estadunidense, Carter, participou diretamente das negociações e manteve firmes seus esforços para alcançar um resultado satisfatório a ambas as partes neste acordo, mas ao descrever posteriormente o processo para a assinatura dos Acordos de Camp David, ele citou a frustração e a ineficácia do acordo em relação a questões importantes:

---

<sup>25</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ISRAEL, 1988.

<sup>26</sup> COGGIOLA, 2006, p. 43.

Our celebration of the Camp David Accords was shortlived, as we endured weeks of tedious and frustrating negotiations to implement our commitment to conclude a peace treaty between Israel and Egypt. [...] Although this crucial peace treaty has never been violated, other equally important provisions of our agreement have never been honored since I left office. (CARTER, 2007, p.51.)<sup>27</sup>

MAPA 5



Fonte: CIA World Factbook, 2001.

<sup>27</sup> “Nossa celebração de Acordos de Camp David foi de curta duração, enquanto nós enfrentamos semanas de negociações tediosas e frustrantes para implementar o nosso compromisso de concluir um tratado de paz entre Israel e Egito. [...] Embora este tratado de paz crucial nunca tenha sido violado, outras disposições igualmente importantes do nosso acordo nunca foram honradas desde que deixei o cargo.”(CARTER, 2007, p. 51.) A opção por traduzir essa citação apenas em forma de nota de rodapé decorre do fato de que as palavras de Carter têm um impacto maior em sua língua de origem.

Em 1981, o chefe de estado egípcio foi assassinado por ter sido considerado um traidor do Estado ao estabelecer a paz com o Estado de Israel; Sadate tem como sucessor Hosni Mubarak, que restringe os esforços para garantir a aproximação entre os dois Estados que estava prevista nos acordos de Camp David.

Em 1982, sob o comando de Ariel Sharon, Ministro da Defesa, Israel inicia uma guerra contra o Líbano e invade seu território, buscando se unir às forças contrárias à presença palestina em território libanês com o objetivo de desalojar os membros da OLP. No entanto, antes mesmo do início oficial do conflito, a instabilidade da região se mostrava presente devido a incursões de grupos palestinos originadas do Líbano em território israelense, que levavam a represálias israelenses, como ataques aos acampamentos palestinos em território libanês. Em julho de 1981, após um ataque a um ônibus de turismo israelense que levou a morte de 35 pessoas, Israel iniciou uma campanha de intensos ataques aéreos contra as forças da OLP no sul do Líbano e à sede da OLP em Beirute, provocando a morte de mais de 300 pessoas, levando o Conselho de Segurança da ONU a pronunciar sua preocupação profunda em relação à magnitude da destruição e da perda de vidas resultantes dos ataques. O então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, condenou o ataque israelense publicamente, se referindo a ele como uma reação exagerada ao ataque da OLP e considerando a possibilidade do ataque ser parte de um plano para instaurar presença israelense permanente no sul do Líbano.<sup>28</sup> Através de mediação estadunidense, um cessar-fogo foi negociado diretamente com Israel e indiretamente com a OLP, entrando em vigor em julho de 1981; no entanto, uma tentativa de assassinato do Embaixador israelense em Londres foi considerada por Israel uma violação do cessar-fogo, justificando, segundo o governo israelense, a invasão do território libanês por suas forças armadas, o que desencadeou, portanto, a guerra<sup>29</sup>. Em setembro de 1982, milícias libanesas cristãs atacaram os campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, realizando um massacre; situação que leva a opinião pública israelense a demonstrar sua insatisfação em relação à guerra no Líbano. Em 1983, Israel e Líbano firmam um acordo em que o governo israelense se compromete a retirar-se do Líbano, enquanto o segundo deveria deixar de abrigar os grupos armados palestinos. Com o auxílio da França, a OLP se desloca do Líbano para a Tunísia, abrindo espaço no sul do Líbano para o surgimento de uma milícia xiita – o Hezbollah – que passa a lutar contra Israel na região. A retirada do exército

---

<sup>28</sup> CARTER, 2007, p. 44.

<sup>29</sup> NACIONES UNIDAS, 1991.

israelense só se deu, entretanto, em 2000.<sup>30</sup> A Guerra Civil no Líbano e o conflito entre Irã e Iraque desviaram às atenções do conflito entre palestinos e israelenses, não propiciando a situação necessária a uma iniciativa articulada em busca de uma pátria para os palestinos.<sup>31</sup> Em 1987, é criado o partido Hamas, que se define como um movimento de resistência palestino, cujo programa político tem como ponto fundamental a instauração de um Estado palestino abrangendo toda a Palestina histórica; o Hamas não reconhece o Estado de Israel, e a este se refere como "entidade sionista". Neste mesmo ano, inicia-se a Primeira Intifada, foco de estudo da seção seguinte deste capítulo.

## 2.2 A Primeira Intifada

A Primeira Intifada, ou Guerra das Pedras, foi uma revolta popular contra Israel que se iniciou em dezembro de 1987, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. De 1967 a 1987, a população palestina se manteve “tranquila”, não tendo ocorrido praticamente nenhuma revolta nos territórios ocupados; no entanto, em 1987, esse conflito se inicia de maneira espontânea sob a forma de uma manifestação contra a presença militar israelense nos territórios ocupados pela guerra de 1967, cujo estopim foi o atropelamento de quatro palestinos por um caminhão militar na Faixa de Gaza.<sup>32</sup> Nesse conflito, a população palestina, especialmente jovens e crianças, lançava pedras, pedaços de pau e coquetéis Molotov sobre as rotas que levam às cidades e colônias israelenses; opondo, portanto, jovens armados com pedras contra um bem armado exército israelense.<sup>33</sup> A opinião pública internacional já havia recriminado Israel pelo conflito contra o Líbano em 1982, então com a ocorrência da Primeira Intifada o país encarava o risco do isolamento externo; enquanto isso, internamente o país sofreu por seis anos os efeitos da pressão da sociedade civil, que tinha como intuito encontrar uma saída negociável para o impasse que se apresentava nos territórios ocupados.<sup>34</sup> Desde o início da Primeira Intifada, Organizações Intergovernamentais como a Comunidade Econômica Européia, a Liga Árabe e a Organização da Unidade Africana, assim como a conferência dos chefes de governo do Movimento dos Países não Alinhados, expressaram sua preocupação com a grave situação dos territórios palestinos ocupados e pela falta de proteção do povo

---

<sup>30</sup> LAMAS, 2004, p. 2.

<sup>31</sup> ARAGÃO, 2006, p. 50.

<sup>32</sup> COGGIOLA, 2006, p. 45.

<sup>33</sup> ARAGNO, 2003.

<sup>34</sup> ZAHREDDINE, 2006, p. 11.

palestino. Ao longo desta mesma década se intensificou o interesse das Organizações Não Governamentais (ONGs) pela questão palestina; tais organizações se empenharam em organizar reuniões de solidariedade em suas comunidades e países, e mesmo em âmbito internacional, além de reunirem dados sobre as violações dos direitos humanos e publicarem diversos boletins e materiais informativos sobre os acontecimentos. Ao final da década, cerca de 900 ONGs coordenaram seus esforços para auxiliarem no exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino; contribuindo, portanto, para a compreensão da questão palestina internacionalmente e para a proteção dos palestinos que viviam sob a ocupação militar israelense desde o fim da Guerra dos Seis Dias, em 1967.

No decorrer deste conflito, um dos objetivos da OLP é então alcançado, pois as populações palestinas dos territórios ocupados e do exterior se unem contra as condições que imperavam na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, incluindo Jerusalém, e eram produto de mais de 20 anos de ocupação militar, repressão, expropriações e humilhação. Essa união era demonstrada através de manifestações e boicotes econômicos contra a prolongada ocupação de seus territórios e em demanda por sua independência nacional.<sup>35</sup> Durante a Primeira Intifada, a vida cotidiana dos palestinos que viviam nos territórios ocupados era caracterizada por um alto nível de confronto e repressão. Segundo as Nações Unidas, as práticas violentas das autoridades israelenses de ocupação contra o povo palestino resultaram em um saldo de cerca de 1000 palestinos mortos e dezenas de milhares de feridos; além disso, milhares de palestinos foram detidos. O sistema de educação foi paralisado, devido aos prolongados períodos em que escolas e universidades permaneceram fechadas; o toque de recolher foi instituído em regiões inteiras e foram impostas restrições às atividades comerciais e financeiras, assim como aos serviços de saúde e outros serviços públicos; e os meios de comunicação foram fechados. Ao fim da década de 1980, um Comitê Especial das Nações Unidas é designado para investigar as práticas israelenses nos territórios ocupados e, posteriormente, a Comissão de Direitos Humanos reafirmou que as práticas sistemáticas e persistentes da autoridade israelense de ocupação constituíam violações graves do direito internacional, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Após tais manifestações das Nações Unidas, o governo de Israel anunciou que estava tomando medidas para reduzir ao mínimo as baixas civis relacionadas ao conflito e que era preciso solucionar os problemas existentes nos territórios ocupados.

---

<sup>35</sup> NACIONES UNIDAS, 1991.

A OLP, que havia iniciado sua existência, em 1964, em uma Cúpula Árabe convocada por Nasser na Liga Árabe<sup>36</sup>, promovendo principalmente ataques terroristas, realizou no decorrer dos anos seguintes pouco avanço em direção a seu objetivo de eliminar Israel. A partir de 1974, a OLP realizou uma mudança importante em sua atuação, perdendo o foco na sua natureza puramente terrorista, repudiando tais atividades; passando então a incluir elementos político-diplomáticos em sua agenda e discurso, essenciais para a obtenção de qualquer progresso considerável em fóruns internacionais. Em decorrência destas mudanças, a percepção da comunidade internacional começou a ser alterada, assim a OLP é reconhecida pela Liga Árabe e pela ONU, sendo proclamado o direito do povo palestino à autodeterminação e à independência, concedendo à organização o estatuto de observador permanente nas Nações Unidas; ainda em outubro de 1974, a OLP passou a ser considerada por diversos países árabes, na Conferência de Rabat, a “única representante legítima do povo palestino”.<sup>37</sup> A OLP teve desde sua criação um papel essencial na história do conflito palestino-israelense, e especialmente no decorrer da Primeira Intifada.

A Intifada durou por três anos, e no seu decorrer o nível de violência e o grau de organização da OLP no conflito apenas aumentou; o conflito provocou ainda um boicote de trabalhadores e de consumo de produtos israelenses, além do desgaste da percepção das ações de Israel perante a população palestina.<sup>38</sup> As mudanças no cotidiano decorrentes da primeira Intifada não foram exclusivas ao povo palestino, pois a população israelense que habitava a região da Cisjordânia antes de 1987 tinha liberdade quase que total de se deslocar em segurança, necessitando de proteção militar mínima; no entanto, a partir de 1988, nenhum israelense tinha o direito de se deslocar naquela área sem guias palestinos e algumas garantias prévias de segurança.<sup>39</sup> Ao final destes três anos, ocorreu a Conferência de Madrid de 1991, momento em que a comunidade internacional passa a interferir no intuito de encontrar uma solução para os problemas da ocupação dos territórios e dos refugiados. O governo da Espanha foi o anfitrião da conferência de outubro de 1991, que durou três dias e, com a participação ativa de Estados Unidos e URSS, buscou iniciar o processo de paz entre Israel e Palestina e outros países árabes através de negociações de paz – essa conferência foi a última a contar com a presença de Estados Unidos e URSS juntos, já que, em dezembro de 1991, a URSS deixou de existir. Esta iniciativa de paz foi focada na realização de uma conferência

---

<sup>36</sup> TRAUMANN, 2009, p. 5.

<sup>37</sup> ARAGÃO, 2006, p. 45.

<sup>38</sup> PILATI; PIRES, 2008, p. 16.

<sup>39</sup> CARTER, 2007, p. 135.

internacional multilateral, que posteriormente seria separada em negociações bilaterais e multilaterais específicas; o objetivo desta conferência era a de servir de fórum de abertura para os participantes, não tendo poder de impor soluções ou vetar acordos entre os Estados. O primeiro diálogo público bilateral entre Israel e seus países vizinhos visava concretizar tratados de paz entre três Estados árabes e Israel; enquanto as conversas com os palestinos eram baseadas em duas fases, até o alcance de negociações permanentes. Essas negociações se iniciaram imediatamente após a Conferência de Madri, em 1991, e prosseguiram por mais de doze rodadas de encontros formais em Washington. Para Israel, as negociações resultaram em um grande número de países reconhecendo ou firmando relações diplomáticas de diferentes níveis com o governo israelense. Apesar de a conferência ter levado a poucas soluções legais e práticas, ela ainda representa um importante passo em direção a paz, já que enfim houve uma tentativa de lidar com a questão Palestina.

Os dois pontos do capítulo que foi analisado tratam de acontecimentos históricos que de algum modo têm influência nas questões tratadas nos Acordos de Paz de Oslo, que são o tema central de análise deste trabalho. A contextualização histórica é, portanto, essencial para a compreensão dos acordos de paz orquestrados em 1993. Cada uma das sucessivas guerras entre árabes e israelenses ocorridas desde a formação do estado judaico em 1948 foi responsável por situações que demandaram um ou mais artigos na construção da Declaração dos Princípios. A guerra cujas consequências tiveram maior peso foi a guerra de 1967, em que diversos territórios foram conquistados e pessoas se tornaram refugiadas; entretanto, o conflito que possui a relação causal mais direta com estes acordos foi a Primeira Intifada, que foi analisada em um ponto separado neste capítulo, em decorrência dos Acordos de Oslo serem consequência direta do levante. Estes acordos de paz serão analisados em todo o capítulo seguinte deste trabalho.

### 3. OS ACORDOS DE PAZ DE OSLO

O capítulo a seguir trata do ponto central de análise deste trabalho, buscando informações e perspectivas de diferentes autores proporcionando, portanto, uma compreensão que não seja tendenciosa, tendo a qualidade e a profundidade necessárias para a construção desta monografia. Todo o processo que levou a assinatura dos acordos, desde as manifestações internas pela paz, as conversas secretas sediadas em Oslo, até a finalização das negociações é tratado neste capítulo. Há ainda, no segundo ponto do capítulo, uma análise mais técnica dos artigos e anexos que integram os Acordos de Oslo, buscando permitir a compreensão das intenções israelenses e palestinas no momento em que o acordo foi firmado.

#### 3.1 Assinatura dos Acordos de Oslo

A busca pela paz não era apenas uma demanda dos países que assistiam ao acirramento dos conflitos no Oriente Médio desde o surgimento do Estado de Israel; juntamente da opinião pública mundial que clamava por uma solução para os conflitos palestino-israelenses, especialmente após a Primeira Intifada, os dois povos também viam a inviabilidade da manutenção da situação de insegurança em que viviam todos os dias. A pedra que iniciara o levante palestino, agora era trocada por fuzis soviéticos, e as perdas aumentavam a cada dia em ambos os lados.<sup>40</sup> Foi então, com a mudança de atitude do governo israelense ao se deparar com os movimentos pela paz que se espalhavam em Israel, que, a princípio sem o auxílio direto dos Estados Unidos, conversas secretas entre a OLP e o governo israelense tiveram início na Noruega, orquestradas pelo Ministro das Relações Exteriores norueguês, Johann Holst, pelo professor Terje Larsen e suas esposas; essas conversas ocorreram em mais de doze sessões e foram bem sucedidas, tendo a OLP considerado a decisão da formação da Autoridade Nacional Palestina um marco de extrema importância no acordo.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> VIZENTINI, 2002, p. 92.

<sup>41</sup> CARTER, 2007, p. 134.

A assinatura dos Acordos de Paz de Oslo, em setembro de 1993, decorreu destes diálogos que davam continuidade às reuniões entre representantes palestinos e israelenses, primeiramente em Londres e que, mais tarde, culminaram no fórum de negociações secretas, em Oslo, na Noruega.<sup>42</sup> Este acordo, formalmente chamado de Declaração dos Princípios, foi o primeiro acordo direto entre o governo de Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). O objetivo de tal negociação era a formulação de um guia para negociações e relações futuras entre o governo israelense e os representantes do povo palestino. As negociações secretas a respeito dos acordos, resultantes da Conferência de Madri de 1991, foram concluídas em 20 de agosto de 1993; posteriormente, em 13 de setembro de 1993, o acordo foi assinado publicamente em uma cerimônia em Washington, nos Estados Unidos, na presença do presidente da OLP, Yasser Arafat; do Primeiro Ministro israelense, Yitzhak Rabin; e do presidente estadunidense Bill Clinton. Os documentos foram então assinados por Mahmoud Abbas da OLP, pelo Ministro das Relações Exteriores de Israel, Shimon Peres, pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Warren Christopher e pelo Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Andrei Kozirev. Dois fatores determinantes marcaram o desenvolvimento deste processo: os partidos políticos israelenses e a OLP, que até então não era aceita como interlocutor oficial dos palestinos por Israel. A importância destes elementos para o processo se refere ao fato de que os partidos políticos israelenses representam interesses de variados setores da sociedade de Israel e de outros países, enquanto a OLP contava com o apoio de diversas nações do Oriente Médio, buscando financiar suas ações e obter equipamentos militares através da fronteira israelense.<sup>43</sup>

Até a Conferência de Madri, em 1991, a OLP foi considerada pelos Estados Unidos, assim como por diversos outros países ocidentais como uma organização terrorista; da mesma forma, foi assim considerada por Israel até 1993, pouco antes dos acordos de Oslo. Após a Conferência de Madrid, a situação política de Israel se altera, com a eleição que leva o Partido Trabalhista de volta ao poder, desta vez com Yitzhak Rabin em 1992; apesar do partido defender a solução militar dos conflitos, acabam por perceber que o uso da força não estava sendo benéfico ao Estado de Israel. Os acordos resultantes da Conferência de Madri seguiram através de conversações que progrediram lentamente, até que um impasse foi provocado em dezembro de 1992 com o sequestro de um guarda de fronteira israelense pelo grupo fundamentalista islâmico palestino *Hamas*; isso não inviabilizou, entretanto, a continuidade

---

<sup>42</sup> PILATI; PIRES, 2008, p. 20

<sup>43</sup> ZAHREDDINE, 2006, p. 6.

das reuniões entre representantes palestinos e israelenses, em Londres e em Oslo.<sup>44</sup> Então, em setembro de 1993, a declaração de princípios sobre a autonomia dos territórios árabes ocupados é assinada; entretanto, antes da assinatura deste documento, foi assumido por Yasser Arafat, em carta dirigida a Yitzhak Rabin, o compromisso de remover da Constituição palestina a previsão de destruição de Israel e o objetivo de instaurar um Estado palestino em toda a região da Palestina<sup>45</sup>; além destes compromissos, Arafat anunciava na carta que:

A OLP reconhece o direito do Estado de Israel a existir em paz e segurança. A OLP aceita as resoluções das Nações Unidas do Conselho de Segurança 242 e 338. A OLP se compromete com o processo de paz no Oriente Médio, e com uma resolução pacífica do conflito entre os dois lados, e declara que todas as questões pendentes relacionadas ao status permanente serão resolvidas através de negociações. A OLP considera que a assinatura da Declaração de Princípios constitui um evento histórico, inaugurando uma nova época de coexistência pacífica, livre de violência e todos os demais atos que ponham em perigo a paz e a estabilidade. Assim, a OLP renuncia ao uso do terrorismo e outros atos de violência e assumirá a responsabilidade sobre todos os elementos da OLP e de seu pessoal para assegurar o seu cumprimento, e assim prevenir as violações e os violadores da disciplina. (ARAFAT, 1993.)<sup>46</sup>

Logo após a assinatura da Declaração dos Princípios, negociações foram iniciadas entre delegações palestinas e israelenses para definir a implementação do Acordo Interino, que obteve sucesso após três fases: o Acordo sobre a Faixa de Gaza e a Área de Jericó, o Acordo sobre a Preparação para a Transferência de Poderes e Responsabilidades, e o Acordo entre Israel e Palestina sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Na primeira fase, o Acordo sobre a Faixa de Gaza e a Área de Jericó, também conhecido como Acordo do Cairo, foi assinado em 4 de maio de 1994, no Egito<sup>47</sup>, e se aplicava à Faixa de Gaza e à área definida de cerca de 65 quilômetros quadrados que incluía Jericó e seus arredores. Esse acordo contém quase 300 páginas e trata de quatro questões principais: acordos de segurança, questões civis, questões legais e relações econômicas; incluindo o acordo que exigia a retirada das forças militares israelenses de Gaza e Jericó, a transferência da autoridade da Administração Civil israelense para a Autoridade Palestina, tratava da estrutura e composição da Autoridade Palestina, sua jurisdição e poderes legislativos, além da força policial palestina e das relações entre Israel e a Autoridade Palestina. Na segunda fase, o Acordo sobre a Preparação para a Transferência de Poderes e Responsabilidades foi assinado por israelenses e palestinos em 29 de agosto de 1994. Esse acordo colocava em efeito a fase de transferência de poder do acordo

---

<sup>44</sup> PILATI; PIRES, 2008, p. 20.

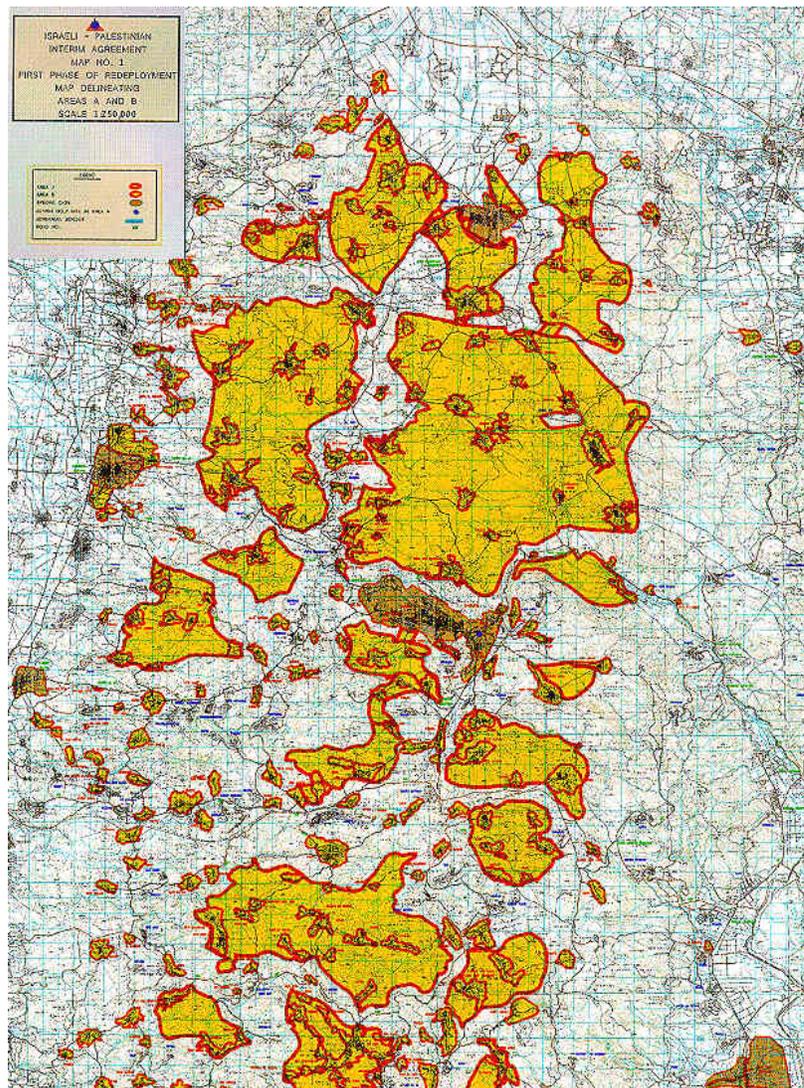
<sup>45</sup> ISSEROFF, Ami. **Introduction to Letter from Yasser Arafat to Prime Minister Rabin.**

<sup>46</sup> ARAFAT, 1993.

<sup>47</sup> ARONSON, 2000, p. 1.

interino que deveria acontecer em cinco esferas: Educação e Cultura, Bem-Estar Social, Turismo, Saúde e Impostos. Em 27 de agosto de 1995, um protocolo foi assinado transferindo esferas adicionais para a Autoridade Palestina, sendo elas: trabalho, comércio e indústria, combustíveis, seguros, serviços postais, estatísticas, agricultura e governo local. A terceira e última fase do Acordo Interino que marcou a conclusão da primeira fase de negociações entre Israel e a OLP aconteceu em 28 de setembro de 1995, quando foi assinado em Washington, nos Estados Unidos, o Acordo entre Israel e Palestina sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, também conhecido como Oslo II, que definiu as fronteiras das áreas A e B, conforme mostra o mapa abaixo.

MAPA 6



Fonte: The Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip, 1995.

O objetivo principal do Acordo Interino era o de ampliar a capacidade da Palestina de autogovernar-se na Cisjordânia através de uma autoridade eleita – o Conselho Palestino – por um período interino não excedendo cinco anos a partir da assinatura do Acordo de Gaza - Jericó; permitindo, portanto, que os palestinos conduzam suas próprias relações internas, reduzindo pontos de atrito entre israelenses e palestinos rumo a uma nova era de cooperação e co-existência baseada em interesses comuns, dignidade e respeito. Concomitantemente, este acordo protege os principais interesses israelenses, especialmente os de segurança dos cidadãos da Cisjordânia. Diversas ações foram tomadas e acordos foram assinados posteriormente para dar continuidade às decisões tomadas pelo Acordo Interino; a exemplo disto, em 20 de janeiro de 1996, complementando o primeiro estágio da transferência de poderes, ocorreram as eleições para o Conselho Palestino e para o Comando da Autoridade Palestina; como resultado, Yasser Arafat foi eleito o chefe da Autoridade Palestina. Após as eleições, o Conselho Nacional Palestino se reuniu em 24 de abril de 1996 e realizou votações que resultaram no cancelamento de artigos contrários à tudo o que fora acordado nas cartas trocadas entre a OLP e o governo israelense nos dias 9 e 10 de setembro de 1993; além disso, atribuiu à comissão legal a tarefa de reformular a Carta Nacional Palestina, a fim de apresentá-la à primeira sessão do Conselho Palestino.

Após a assinatura dos acordos celebrados em setembro de 1993, mais ações foram tomadas visando a solução necessária dos impasses para que uma paz duradoura fosse firmada entre Israel e a OLP. Em 23 de outubro de 1998, o Memorando de Wye River foi assinado na Casa Branca, em Washington, entre Israel e a OLP, após uma reunião de cúpula de nove dias organizada pelo presidente dos EUA, Bill Clinton em Wye Plantation, Maryland. No Memorando de Wye, ambos os lados concordaram em retomar imediatamente as negociações em um ritmo acelerado e a realizarem um esforço conjunto para alcançar o sucesso do acordo.<sup>48</sup> A primeira reunião entre o ministro das Relações Exteriores Sharon e Abu Mazen ocorreu em 18 de novembro de 1998. Já no ano seguinte, em 4 de setembro de 1999, o Memorando Sharm el-Sheikh foi assinado por representantes das duas partes, reafirmando o compromisso destes em relação a implementação da totalidade dos acordos alcançados desde setembro de 1993; o Memorando declara ainda o compromisso em busca da resolução de questões pendentes, em especial daquelas estabelecidas no Memorando de Wye, em 23 de outubro de 1998. As duas partes também reafirmaram seu compromisso com os termos do Acordo Interino a respeito da proibição de iniciativas capazes de alterar o status da

---

<sup>48</sup> EMBAIXADA DE ISRAEL, 1998.

Cisjordânia e da Faixa de Gaza antes da celebração do acordo sobre o status permanente. A implementação do Memorando Sharm el-Sheikh contemplou seis fases, entre elas: a libertação de prisioneiros, em 1999 e 2000; a garantia de segurança da rota sul, em 1999; o encontro do Comitê de Pessoas Deslocadas, em fevereiro de 2000; e a assinatura do Acordo de Implementação de Questões Econômicas, em junho de 2000.

### **3.2 Principais Pontos do Acordo**

A Declaração dos Princípios é um acordo cujo documento é composto de dezessete artigos, quatro anexos e duas atas, nos quais estão previstas a retirada gradual do exército israelense da Faixa de Gaza e da região da Cisjordânia e a transferência de poderes, no que concerne à educação, cultura, saúde, fazenda e assuntos sociais e do turismo, para as autoridades palestinas.<sup>49</sup> De acordo com o documento, o Conselho Palestino deveria estabelecer uma força policial firme, enquanto Israel permaneceria responsável pela defesa contra ameaças externas. Os acordos afirmavam, portanto, o direito palestino a autogovernar-se nestas áreas através da criação de uma Autoridade Palestina Interina de Autogoverno, sendo que o governo interino deveria durar por um período de cinco anos, nos quais negociações de status permanente teriam início, no mais tardar em maio de 1996, com o objetivo de chegar a um acordo final. As questões de caráter mais crítico, como a questão de Jerusalém, dos refugiados palestinos, das colônias israelenses localizadas nestes territórios e da segurança das fronteiras permaneciam sem resolução e deveriam ser tratadas nas negociações de status permanente. Um Comitê de Cooperação Econômica Palestino-Israelense deveria ser estabelecido visando o desenvolvimento e implementação dos programas identificados nos protocolos do acordo de maneira cooperativa. A transferência de poderes de Israel para a Autoridade Palestina, segundo o acordo, deveria ocorrer em fases.

Visando a possibilidade dos palestinos se governarem de acordo com princípios democráticos, eleições políticas livres foram organizadas pelo Conselho Palestino. A jurisdição do Conselho deveria cobrir a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, com exceção das questões que seriam finalizadas nas negociações de status permanente; portanto, ambos os lados enxergavam a Cisjordânia e a Faixa de Gaza como uma unidade territorial única. Os cinco anos do período de transição deveriam começar com a retirada israelense da Faixa de

---

<sup>49</sup> CARTER, 2007, p. 134.

Gaza e da área de Jericó; já as negociações de status permanente começariam assim que possível entre Israel e os palestinos. Além disso, no Acordo Provisório de 1995, em que Estados Unidos, Egito, Jordânia, Rússia e Noruega foram testemunhas, os dois lados concordaram com a divisão de suas respectivas jurisdições na Cisjordânia em áreas A, B e C, sendo que as áreas A e B seriam de controle palestino e a área C permaneceria sob controle israelense; além disso, definiram também suas respectivas responsabilidades e poderes nas áreas que passaram a controlar. A área A teria total controle civil e de segurança da Autoridade Palestina e constituiria 2,7% do território total das áreas A, B e C em conjunto; ela incluiria todas as cidades palestinas e suas periferias, não possuindo colônias israelenses. A entrada de cidadãos israelenses seria proibida nesta área e as Forças de Defesa Israelenses também não estariam presentes, mas ocasionalmente poderiam adentrar os limites para realizar prisões de militantes suspeitos. A área B seria de controle civil palestino e controle de segurança conjunto entre Israel e Palestina, cuja área constituiria 25,1% do território total; incluiria áreas de diversas cidades, vilarejos e áreas palestinas, sem colônias israelenses. Já a área C seria de controle israelense total, exceto sobre civis palestinos, e constituiria 72,2% do território total das três áreas; essa região incluiria todas as colônias israelenses, território entre as colônias, a maioria das rodovias que conectam essas regiões, assim como áreas estratégicas denominadas “Zonas de Segurança”. Os poderes e responsabilidades de Israel na área C incluiriam todos os aspectos em relação a suas colônias – tudo isso dependendo do resultado das negociações de status permanente. No decorrer das negociações com Israel, a delegação palestina exigiu a anexação de uma carta, cujo texto deveria ser um consenso, na qual Israel deveria se comprometer a restringir a área de construção de colônias à área C durante o processo de implementação do acordo e de prosseguimento das negociações. Diversas versões desta carta anexa passaram pelos grupos de negociadores até que Israel concordou de fato com uma formulação restringindo às atividades de construção a decisões que seriam adotadas pelo governo para este propósito. Finalmente, não satisfeitos com o resultado da carta, a liderança palestina retirou seu pedido de anexação deste documento.<sup>50</sup>

Os principais pontos do acordo, muitos já descritos acima, formam a estrutura da Declaração dos Princípios. No primeiro e segundo artigos é descrito o objetivo das negociações, que é o estabelecimento da Autoridade Palestina Interina para Autogoverno, sobre o qual este trabalho já discorreu, e cita-se ainda que a estrutura do acordo para o período interino será descrita nos artigos subsequentes do documento. No terceiro artigo, trata-se das

---

<sup>50</sup> ISRAEL, Government Of; P.L.O., 1993.

eleições da Autoridade Nacional Palestina, que deveriam ter ocorrido conforme o Anexo 1 do acordo; este artigo é essencial, pois as eleições são pré-requisito básico para que o alcance dos objetivos do Acordos seja possível. O quarto artigo trata da jurisdição do Conselho Palestino sobre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, enquanto o quinto artigo trata do período transicional de cinco anos e das negociações de status permanente deveriam começar em até três anos após o início do período interino. O sexto artigo discorre sobre a preparação para a transferência dos poderes e responsabilidades citados anteriormente, informando que essa transferência será de natureza preparatória até a inauguração do Conselho Nacional Palestino; além disso, este artigo reporta a possibilidade de negociação de transferência de poderes e responsabilidades adicionais.<sup>51</sup>

Conforme o sétimo artigo, o Acordo Provisório (ou Interino) deveria ser negociado pelas delegações israelense e palestina, buscando especificar, entre outras coisas: a estrutura do Conselho Palestino, o número de seus membros, e a transferência de poderes e responsabilidades do Governo Militar israelense, e sua administração civil para o Conselho. Além disso, o Acordo Provisório deveria especificar a autoridade executiva do Conselho, a autoridade legislativa conforme com o artigo IX do acordo, e os órgãos judiciais independentes palestinos. Visando permitir ao Conselho a promoção de crescimento econômico após sua inauguração, segundo o artigo VII, o Conselho deveria estabelecer, entre outras coisas, a Autoridade Palestina para a Eletricidade, a Autoridade do Porto do Mar de Gaza, o Banco do Desenvolvimento Palestino, o Conselho Palestino de Promoção a Exportação, a Autoridade da Terra Palestina, a Autoridade Ambiental Palestina e a Autoridade Palestina para a Administração da Água, além de qualquer outra Autoridade concensual, conforme o Acordo Provisório que irá especificar seus poderes e responsabilidades. Ainda segundo o sétimo artigo, após a inauguração do Conselho, a Administração Civil deveria ser dissolvida e o governo militar israelense deveria se retirar. No oitavo artigo, o consenso quanto aos parâmetros para a criação de uma força policial palestina forte é descrito, visando a garantia de segurança interna e ordem pública; já no nono artigo, as ordens militar e legal são tratadas, informando que ambas as partes deverão revisar tais esferas. O décimo artigo trata da comissão criada para garantir uma implementação suave da Declaração dos Princípios, cujo objetivo é lidar com questões que requeiram coordenação, outras questões de interesse comum e disputas; enquanto o décimo primeiro artigo trata da cooperação econômica, que visa promover o desenvolvimento da Cisjordânia, da Faixa de

---

<sup>51</sup> ISRAEL, Government Of; P.L.O., 1993.

Gaza e de Israel, conforme os Anexos III e IV que integram o documento. No décimo segundo artigo, o assunto tratado é a cooperação de ambos os lados com a Jordânia e o Egito, cujo tema principal a ser tratado é a forma da admissão dos refugiados que abandonaram a Faixa de Gaza e a Cisjordânia em 1967.<sup>52</sup> Ainda em 1993, ano da assinatura da Declaração dos Princípios, diversos campos de refugiados permaneciam abrigando um grande número de famílias palestinas, que em decorrência dos diversos conflitos deixaram os territórios que neste momento eram ocupados por Israel; assim sendo, é natural que uma das questões mais sensíveis do acordo fosse o restabelecimento desta parcela da população de volta aos territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

Independentemente das razões para a renovação dos esforços para ressuscitar o processo de paz palestino-israelense na década de 1990, ficou claro para todos os envolvidos que, sem abordar a questão dos refugiados, um acordo de paz seria inalcançável. (MILTON-EDWARDS, 2009, p. 108.)<sup>53</sup>

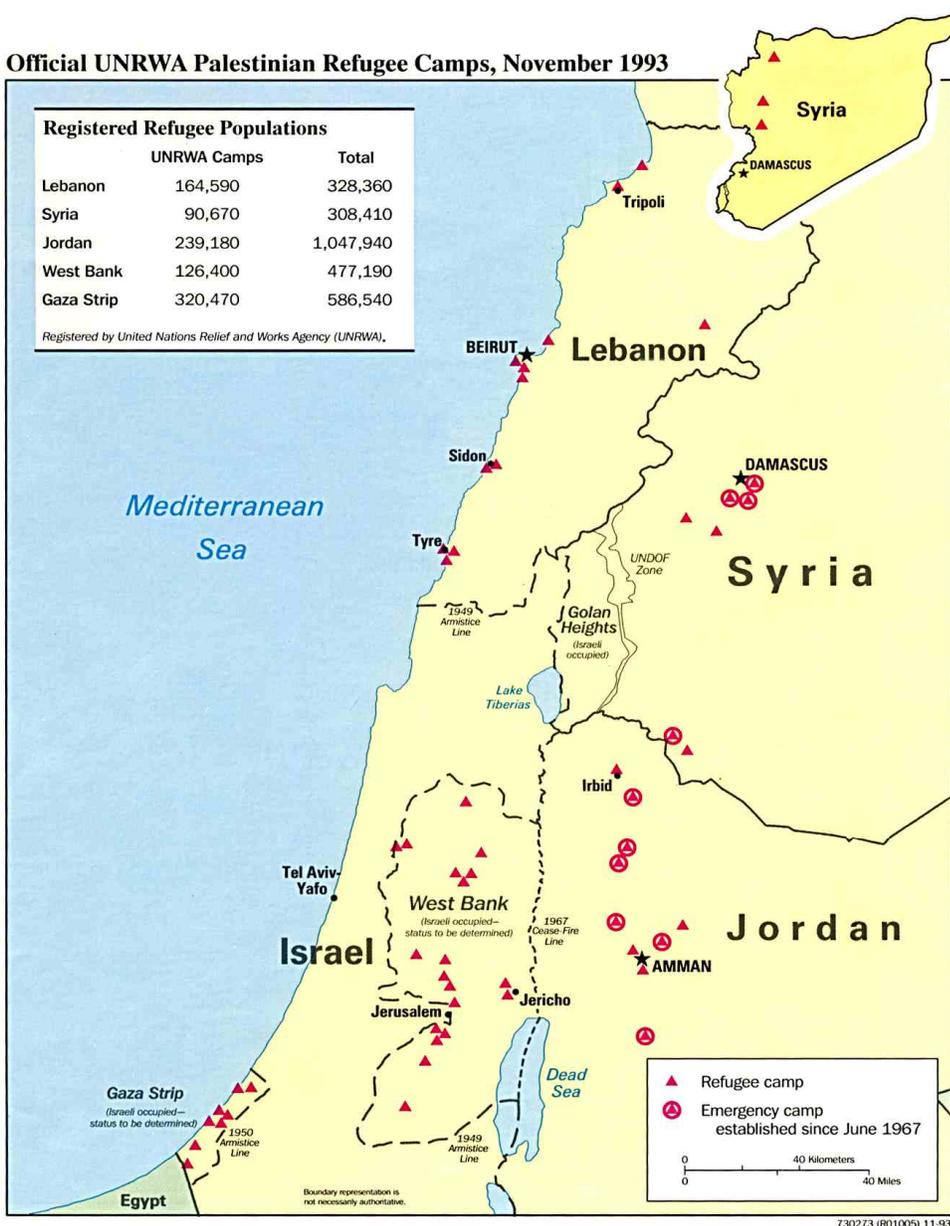
Abaixo, um mapa que apresenta a localização dos campos de refugiados em 1993, cuja questão de abordagem indispensável foi de resolução complexa na formulação dos Acordos de Oslo; e por ter sido posteriormente descumprida, foi um dos pontos que levou ao fracasso do processo de paz.

---

<sup>52</sup> ISRAEL, Government Of; P.L.O.. 1993.

<sup>53</sup> MILTON-EDWARDS, 2009, p. 108.

MAPA 7



Fonte: Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente

O décimo terceiro artigo trata de um dos pontos mais críticos do acordo, a retirada das forças israelenses dos territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, que deveria ocorrer no mais tardar até o dia das eleições para o Conselho Palestino; este ponto será crítico para o futuro das relações entre os dois países, pois a negativa israelense de cumpri-lo de maneira

total vai levar ao aumento da insatisfação da população palestina cujo resultado foi a eclosão de uma nova revolta, a Segunda Intifada. O artigo XIV faz uma pequena afirmação de importância extrema para o sucesso do processo de paz, na qual informa que, conforme descrito em detalhes no Anexo II, Israel se retiraria da área de Jericó e da Faixa de Gaza. Outro artigo essencial ao sucesso da Declaração dos Princípios é o décimo quinto, em que é afirmado que a resolução de disputas decorrentes da aplicação ou interpretação deste documento ou de quaisquer outros acordos subsequentes durante o período interino deveria ocorrer através de negociações da Comissão cuja instauração é tratada no décimo artigo; em caso de incapacidade de alcançar uma solução via ações do comitê, tais negociações deveriam ser resolvidas através de uma Comissão de Arbitragem. No décimo sexto artigo, é registrada a motivação de ambos os lados para a consolidação de programas regionais de cooperação palestino-israelense, chamados Programas People-to-People (P2P), cuja apresentação mais detalhada se encontra no Anexo IV; afirma-se também que tanto Israel como a OLP entendem que grupos de trabalho multilateral são o instrumento mais apropriado para que o sucesso destes programas seja alcançado. O último artigo apresenta apenas duas informações que concluem o documento, sendo elas: a data limite para que o acordo entre em vigor, sendo esta um mês após sua assinatura, e a afirmação de que todos os anexos e atas deste documento devem ser considerados como parte que o compõe, sendo portanto observados como regras a serem cumpridas.<sup>54</sup>

O Anexo 1 trata sobre os acordos referentes às eleições palestinas, o sistema das eleições e a regulamentação das campanhas eleitorais, incluindo o que fora acordado a respeito da organização da comunicação midiática de massa. O Anexo 2 trata sobre a questão considerada o marco inicial do acordo – a retirada das forças israelenses das regiões da Faixa de Gaza e da área de Jericó; esse anexo incluía ainda diretrizes a respeito dos passos subsequentes à retirada das forças armadas israelenses, como: segurança interna e ordem pública a serem garantidas pela força policial palestina constituída por oficiais palestinos recrutados localmente e no exterior, sendo necessária a posse de passaporte jordaniano ou documentos palestinos expedidos pelo governo do Egito, além de treinamento como policiais; uma presença estrangeira ou internacional temporária no território; o estabelecimento de uma Coordenação Palestino-Israelense conjunta e Comitê de Cooperação para propósitos de segurança mútua; arranjos para a passagem segura de pessoas e transportes entre a Faixa de Gaza e a região de Jericó; e arranjos para a coordenação entre Israel e a Autoridade palestina

---

<sup>54</sup> ISRAEL, Government Of; P.L.O.. 1993.

sobre as passagens entre Gaza-Egito e Jericó-Jordânia. O Anexo 3 trata do acordo entre os dois lados para o estabelecimento do Comitê de Cooperação Econômica, com foco, entre outras coisas, na cooperação sobre a água, sobre eletricidade, sobre energia, sobre finanças, sobre transporte e comunicações, sobre comércio, sobre indústria, sobre a regulamentação das relações trabalhistas, sobre questões de bem-estar social, sobre comunicação e mídia, e ainda sobre um plano de proteção ambiental. O Anexo 4 expõe as diretrizes sobre a cooperação para o desenvolvimento regional, informando a intenção de ambos os lados de cooperarem no contexto dos esforços de paz multilaterais para a promoção do Programa de Desenvolvimento para a região, incluindo a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, a ser iniciada pelo G7.

O Acordo ainda é composto pelas atas aprovadas A e B, que tratam de entendimentos gerais e entendimentos específicos, respectivamente. Na ata A, fica especificado que quaisquer poderes e responsabilidades transferidas aos palestinos pela Declaração dos Princípios anteriormente a criação do Conselho Palestino estarão sujeitas aos mesmos princípios descritos no Artigo IV da Ata B. A ata B é composta de artigos que definem que a jurisdição do Conselho Palestino cobriria as áreas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, que tratam da transferência da autoridade, que tratam sobre cooperação e que definem que a retirada militar israelense não impediriam que Israel exercesse poderes não transferidos ao Conselho. Outros artigos da ata B definem que as forças policiais israelense e palestina realizariam patrulhas em conjunto até a finalização da transferência de poderes; além disso, registram a decisão de que, mesmo após a retirada das forças israelenses dos territórios definidos no acordo, este governo ainda permaneceria responsável pela segurança externa, além da segurança interna e ordem pública das regiões dos assentamentos.<sup>55</sup>

A Declaração dos Princípios entrou em vigor um mês após sua assinatura e todos os protocolos anexados ao corpo do acordo e atas aprovadas pertencentes a este passaram a ser tomadas como parte da Declaração. Apesar de todos os entraves que de alguma forma colocaram em xeque a progressão das negociações dos Acordos de Oslo, estes iniciaram um processo de construção da paz entre palestinos e israelenses que somente existiu devido a uma alteração do cenário internacional e do impacto que este exerce sobre a correlação de forças no Oriente Médio.<sup>56</sup> Os acordos viriam a falhar, no entanto, em alguns anos devido, entre outras coisas, ao desequilíbrio da balança de poder na região – que se dava especialmente devido ao intenso apoio dos Estados Unidos à Israel.

---

<sup>55</sup> ISRAEL, Government Of; P.L.O.. 1993.

<sup>56</sup> VIZENTINI, 2002, p. 96.

O Acordo de Oslo subjacente a todas as conversações de paz era um reflexo do equilíbrio de poder em 1991 – 1993, que pendia em favor de Israel [...]. Quando os palestinos se tornaram mais assertivos esse desequilíbrio se tornou cada vez menos aceite. (DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Org.), 2002, p. 49.)<sup>57</sup>

Foram abordados neste capítulo os principais pontos que construíram a Declaração dos Princípios e direcionaram posteriormente o processo de paz que teve duração de sete anos. Os principais acordos e documentos que compõe os Acordos de Oslo e foram firmados no decorrer do período deste processo de paz foram analisados mostrando os avanços das negociações passo a passo para facilitar o entendimento da progressão nas relações entre o governo israelense e a Autoridade Palestina. Os objetivos principais do acordo e o percurso até a assinatura dos documentos em 1993 são igualmente apresentados visando uma complementação do estudo acerca do tema. Finalmente, com intuito de prover de um caráter técnico a análise, são apresentados os pontos aprovados por ambos os lados na Declaração dos Princípios. Torna-se claro, portanto, que apesar dos entraves que dificultaram o processo de paz, este acordo foi essencial para criar esperança de que a paz poderia ser alcançada naquela região que há tanto tempo sofria com a violência disseminada e constante.

---

<sup>57</sup> DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Org.), 2002, p. 49.

#### **4. O FRACASSO DOS ACORDOS DE OSLO E A SEGUNDA INTIFADA**

Os Acordos de Oslo fracassaram e em decorrência disto, uma nova revolta palestina eclodiu. Desta vez, no entanto, ao invés de pedras lançadas por jovens, homens adultos armados foram às ruas demonstrar sua revolta com o desfecho do processo de paz iniciado em 1993. O próximo capítulo visa analisar os fatores que determinaram a derrocada do processo de paz.

Além disso, o capítulo tratará da Segunda Intifada, iniciada nos anos 2000. As causas e acontecimentos deste conflito serão levantados e algumas consequências serão apontadas ao final desta parte. Acontecimentos até 2005 serão abordados, quando do fim da Segunda Intifada; evitar-se-á tratar de anos posteriores para garantir o fechamento do ciclo temporal proposto na introdução deste trabalho.

##### **4.1 Discordância e Descumprimento do Acordo**

A falha no processo de paz iniciado com a assinatura dos Acordos de Oslo, não deve ser entendida simplesmente como o resultado de ações pontuais que puseram em xeque os progressos até então obtidos, mas como uma decorrência de mudanças na política interna e externa dos países envolvidos. Após a assinatura dos Acordos de Oslo, na tentativa da construção de uma política interna Palestina, alguns cidadãos sentiram uma necessidade imperativa de criar instituições políticas que se afastassem o máximo possível do que fora acordado em Oslo. Na Palestina, diversos esforços contrários ao sucesso do processo de paz, que muitas vezes geraram respostas igualmente prejudiciais, acabavam por ofuscar as tentativas de obter sucesso na construção da Palestina como entidade política, cujo esforço em busca da paz é visível.<sup>58</sup> Entretanto, da mesma forma como ações pontuais não devem ser consideradas como causas principais da derrocada do processo de paz, atitudes unilaterais são igualmente meras peças dentro do fracasso dos acordos como um todo.

Em busca da compreensão deste fracasso, é preciso analisar os projetos conjuntos que estavam em andamento, desde a assinatura dos acordos e quais suas falhas. Estes projetos

---

<sup>58</sup> BROWN, 2003.

realizados em parceria pelos dois governos ficaram conhecidos como Programas P2P Pós-Oslo; uma análise estrutural destes programas realizada pelo Instituto de Pesquisa para o Desarmamento da ONU revelou cinco deficiências principais. A primeira delas se refere à forma como as atividades eram organizadas, sendo as atividades realizadas normalmente entre indivíduos e não grupos, fazendo com que a percepção de cada indivíduo se alterasse em relação ao outro, mas não em relação ao outro como um grupo ou nação, que é a mudança de percepção necessária para que sejam superadas as crenças de apoio às guerras. A segunda deficiência se refere ao fato de que os programas falharam por não alcançarem a todos os grupos da sociedade ao terem se focado em associações profissionais, escolas privadas e grupos de mulheres para a sua implementação; além disso, dificuldades surgiram devido a diferenças dos idiomas, pois as atividades eram realizadas em inglês e isso limitava a participação de partes da sociedade que eram igualmente importantes na busca pela paz.<sup>59</sup> A terceira deficiência advém do fato destes programas ignorarem as grandes diferenças sócio-econômicas existentes entre israelenses e palestinos participantes, o que muitas vezes fazia com que os palestinos fossem marginalizados; além disso, os israelenses muitas vezes mais ricos e instruídos dominavam as atividades dos programas, fazendo com que houvesse descrença nestes mecanismos por parte da população palestina. A quarta deficiência percebida nesta análise se refere ao fato de que discussões e desacordos no interior de cada grupo eram omitidos em benefício dos diálogos entre os dois grupos; no entanto, para que duas nações pudessem chegar a um consenso, era preciso que houvesse consenso no interior de cada um dos grupos envolvidos nos diálogos. Por último, a orientação dos programas focava majoritariamente no presente, não tratando de questões passadas importantes que deveriam ser superadas para que os programas tivessem sucesso e a paz se tornasse duradoura.<sup>60</sup> Dessa forma, pode-se afirmar que um erro fatal destes programas foi a omissão de uma perspectiva histórica, essencial para que ações pudessem ser tomadas visando a superação dos conflitos passados.

Como consequência dos Acordos de Oslo, pressupunha-se que os palestinos deveriam forçosamente combater quaisquer hostilidades internas para com os ocupantes israelenses, mesmo que a ocupação dos territórios prosseguisse – o que de fato ocorreu. Para intensificar o descontentamento palestino, ao invés da devolução das terras ocupadas, estendeu-se o controle israelense dos territórios através de uma rede de assentamentos que vinham a cercar a

---

<sup>59</sup> ATIEH, Adel et al., 2005, p. 4.

<sup>60</sup> ATIEH, Adel et al., 2005, p. 6.

população palestina.<sup>61</sup> No decorrer dos sete anos em que o processo de paz esteve em andamento, duas legislações estavam em vigor na Palestina: uma para judeus e outra para palestinos – fato que levou o autor e jornalista Marwan Bishara a comparar os anos que se seguiram a assinatura dos Acordos de Oslo ao regime sul africano do Apartheid. Enquanto os judeus tinham liberdade de se locomoverem, de construir e de se desenvolverem, os palestinos ficaram restringidos a determinados territórios, sendo proibidos de locomoverem-se para alcançarem os novos territórios expropriados por israelenses. Os palestinos sofrem com mais do que restrições territoriais; na Faixa de Gaza, o nível de vida teve uma redução de 25% e o desemprego chegou a atingir 40% da população neste período.

Não apenas dificuldades em cumprir os acordos contribuíram para a derrocada do processo de paz de Oslo. Grupos que desde o princípio das negociações se mostraram contrários aos esforços pela paz foram determinantes para a frustração dos acordos, atuando continuamente para a desestabilização da ordem, minando a construção da confiança mútua entre israelenses e palestinos. De acordo com relatórios do Departamento Federal de Investigação, durante um encontro na Filadélfia em 1993, líderes do Hamas determinaram que quase todos os recursos coletados no futuro deveriam ser direcionados para apoiar o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) e para enfraquecer o governo da Autoridade Palestina.<sup>62</sup> Esse discurso é uma prova clara de que alguns setores da sociedade culpavam a ANP pelo curso que o processo de paz havia tomado, e que para impedir a continuidade deste processo, teriam que enfraquecer o governo do Fatah e tomar seu lugar.

Apesar da oposição aos Acordos que existia dentro das duas sociedades, o golpe mais determinante ao processo de paz iniciado em 1993 é o assassinato de Yitzhak Rabin, em novembro de 1995. Rabin era um homem com reconhecida capacidade de liderança, e dentro do governo israelense era consenso a idéia de que nem mesmo Shimon Peres poderia substituí-lo a altura. Peres, assim como Arafat e Rabin, também recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelos esforços na negociação dos Acordos de Paz de Oslo. Nas eleições de 1996, acreditava-se que Peres seria reeleito, mas o novo candidato do Likud, Benyamin Netanyahu, foi quem venceu as eleições. Durante o curto momento em que esteve no posto de Primeiro Ministro israelense, Peres passa por um período muito difícil e delicado, em que palestinos extremistas realizam uma série de ataques terroristas e suicidas como uso de bombas contra Israel, demonstrando através destas ações sua insatisfação com a demora nos avanços do

---

<sup>61</sup> BISHARA, 2002, p. 30.

<sup>62</sup> SCHANZER, 2008, p. 40.

processo de paz.<sup>63</sup> Netanyahu, nono Primeiro Ministro israelense eleito, sempre fora conhecido por sua eloquência e hábito de falar o que pensa, mesmo que em contradição à opinião pública; durante a campanha, prometeu desfazer quaisquer passos tivessem sido feitos em direção a paz em consequência dos Acordos de Paz de Oslo, visando à eliminação do terrorismo. Cumprindo o prometido durante sua campanha, Nathanyahu bloqueou o processo de paz e intensificou a construção de assentamentos em área palestina.<sup>64</sup> No entanto, entre 1996 e 1998, Netanyahu sofre pressão estadunidense de Bill Clinton para que seja realizada a manutenção da paz; aceitando, portanto, realizar diversas concessões, em que cidades são devolvidas à Autoridade Palestina. Neste período, é possível perceber um aumento da disseminação dos movimentos islâmicos na população palestina.

Com o intuito de solucionar as questões que ainda estavam pendentes entre os governos de Israel e Palestina desde os Acordos de Oslo de 1993, o presidente estadunidense Bill Clinton anunciou em julho de 2000 o convite ao Primeiro-Ministro israelense, Ehud Barak, e ao presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, para prosseguirem suas negociações do processo de paz do Oriente Médio em Camp David. Após quase 15 dias de negociações, nenhum acordo foi alcançado e ao final do encontro, uma declaração trilateral foi divulgada em que os líderes de Israel e Palestina definem os princípios que devem guiar as negociações futuras, e são eles:

1) os dois lados concordaram que o objetivo das negociações é por fim a décadas de conflito e alcançar uma paz justa e duradoura; 2) as duas partes se comprometem a continuar com seus esforços para concluir um acordo sobre todas as questões do status permanente o mais rapidamente possível; 3) ambos os lados concordam que as negociações com base em Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas 242 e 338 são a única forma de alcançar tal acordo e se comprometem a criar um ambiente para as negociações livre de intimidação, pressão e ameaças de violência; 4) os dois lados entendem a importância de evitar ações unilaterais que prejudicam o resultado das negociações e que as diferenças serão resolvidas apenas por negociações de boa fé; 5) ambos os lados concordam que os Estados Unidos continuam a ser um parceiro vital na busca de paz e continuará a consultar estreitamente com o presidente Clinton e o Secretário Albright no período que se aproxima. (CLINTON, William J.; BARAK, Ehud; ARAFAT, Yasser., 2000.)<sup>65</sup>

Em julho de 2000, chega então ao fim uma nova Conferência de Camp David sem que seja alcançado um acordo para questões importantes, como sobre o controle da água, em relação à questão dos refugiados palestinos, à delimitação e à manutenção das fronteiras da

---

<sup>63</sup> DEEB II, 2003, p. 14.

<sup>64</sup> VIZENTINI, 2002, p. 96.

<sup>65</sup> CLINTON, William J.; BARAK, Ehud; ARAFAT, Yasser, 2000.

Faixa de Gaza e da Cisjordânia, além da questão acerca dos assentamentos judaicos nos territórios ocupados. Outras questões que permanecem a desagradar o povo palestino incluem as limitações militares, de política externa e a relativa supervisão de Israel em relação a alguns assuntos específicos que acometem o Estado da Palestina. Essa tentativa de acordo é igualmente rejeitada, como diversas outras anteriormente, por setores palestinos e israelenses; não muito tempo após este insucesso, a Segunda Intifada vem a eclodir. Segundo Marwan Bishara, “em lugar de trazer a solução, Oslo veio a constituir um problema. O objetivo oficial de uma ‘paz justa, durável e global’ transformou-se em uma série de acordos injustos, temporários e parciais que acarretaram a insatisfação e a frustração entre os palestinos” (BISHARA, 2003, p. 31).<sup>66</sup>

O colapso do processo de Oslo teve início, portanto, quando o direito internacional foi deixado de lado e tanto os palestinos como o governo israelense perceberam que seus objetivos não seriam alcançados por meio da diplomacia.<sup>67</sup> O prazo proposto nos Acordos de Oslo para a finalização das negociações havia sido ultrapassado, e foi em razão disto que o presidente estadunidense convocou os chefes de Estado palestino e israelense para retomarem o diálogo em busca da paz em Camp David, nos anos 2000.<sup>68</sup> No princípio, os palestinos consideravam Oslo como um processo de descolonização que deveria culminar na autodeterminação e em um Estado independente ao lado de Israel nos territórios ocupados. Israel, entretanto, utilizou o processo como meio de transformar o controle militar direto que detinha em domínio indireto sobre o povo palestino. Quando o processo diplomático falhou em alcançar os resultados previstos, o governo israelense utilizou forças militares para abafar o levante, eliminar os ganhos palestinos ao reprimir a Intifada, e subjugar a vontade do povo que saía às ruas exigindo o fim da ocupação e seu direito à independência.<sup>69</sup> Até hoje, o desfecho do processo de paz de Oslo gera revolta em diversos estudiosos, pois ao fim deste tornou-se visível que a intenção israelense no decorrer do processo não fora abandonar seus assentamentos, mas ganhar tempo para prosseguir com a colonização dos territórios ocupados, substituindo o objetivo de alcançar a paz duradoura, por um interminável processo de paz.<sup>70</sup>

O processo de paz de Oslo foi uma farsa. Transformou-se em um circo diplomático no instante em que teve início. [...] Reduziu a questão palestina, uma das causas mais justas e dramáticas do século, a infundáveis engodos, mudanças de opinião e

---

<sup>66</sup> BISHARA, 2002, p. 31.

<sup>67</sup> BISHARA, 2002, p. 153.

<sup>68</sup> MILTON-EDWARDS, 2009, p. 154.

<sup>69</sup> BISHARA, 2002, p. 153.

<sup>70</sup> BISHARA, 2002, p. 172.

transações. [...] Os palestinos foram traídos da forma mais radical por um processo que prometera libertá-los. (BISHARA, 2002, p. 171.)<sup>71</sup>

Ao final das conversas em Camp David II que visavam solucionar as questões ainda pendentes desde a assinatura dos Acordos de Oslo não houve consenso em relação às concessões de território, à expansão dos assentamentos israelenses e ao direito de retorno dos refugiados palestinos. O governo israelense alegava que Arafat estava demandando concessões em excesso, enquanto a Autoridade Palestina afirmava que não poderia aceitar as propostas de Ehud Barak por três razões, que incluíam o fato de que os territórios oferecidos aos palestinos não eram interligados, impossibilitando a criação do Estado palestino independente a que a população almejava.<sup>72</sup>

Dessa forma, encerravam-se sete anos de processo de paz sem que houvesse solução para diversas das questões cruciais que haviam sido apontadas no corpo do documento da Declaração dos Princípios. O processo lento e sem previsão de encerramento levou à insatisfação palestina, que associada a inúmeros outros fatores, fez eclodir um novo levante da população palestina. Tal levante será analisado no próximo ponto deste capítulo.

#### **4.2 Segunda Intifada – das causas ao declínio**

Em vez de constituir uma ameaça para a segurança de Israel, que deve, portanto, ser afastada pela força armada, a Intifada é uma clara mensagem política que precisa ser ouvida. [...] Se ela explodiu logo depois do impasse nas negociações, suas origens remontam à ocupação e à fraqueza do processo de Oslo, que supostamente daria fim a um século de conflito. (BISHARA, 2002, p.46.)<sup>73</sup>

Uma nova Intifada se iniciou em outubro de 2000, quando foi realizada a visita do primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, a Esplanada das Mesquitas e ao Monte do Templo, nos arredores da mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém - área considerada sagrada tanto por muçulmanos quanto por judeus – e ele lá declarou que este local sagrado islâmico permaneceria sob controle israelense,<sup>74</sup> o que foi claramente um gesto simbólico de provocação. Esse conflito, ocorrido sete anos após o Acordo de Paz de Oslo, e a não retirada prevista de tropas israelenses dos territórios palestinos ocupados em 1967, novamente colocaram Israel em xeque perante a opinião pública internacional em relação à

---

<sup>71</sup> BISHARA, 2002, p. 171.

<sup>72</sup> DEEB II, 2003, p. 16.

<sup>73</sup> BISHARA, 2002, p. 46.

<sup>74</sup> CARTER, 2007, p. 149.

proporcionalidade do uso da força contra os palestinos. Durante estes sete anos de processo de paz, a Autoridade Nacional Palestina realizou as tarefas em que Israel não desejava se envolver, auxiliando os governos trabalhistas e os do Likud no combate ao terrorismo e à resistência à ocupação, buscando manter a ordem durante o período provisório, que deveria ter duração de no máximo cinco anos.

A visita de Sharon foi considerada a provocação final que desencadeou o início da Segunda Intifada; no entanto, há diversas variáveis políticas que devem ser consideradas entre os fatores que se relacionam ao princípio do levante, incluindo: a perda de dinamismo das negociações de paz, falhas nas medidas de incremento da confiança mútua, ocupação persistente de territórios, sacrifício das iniciativas P2P para aumentar o foco em questões políticas e de segurança, além da fraqueza nos esforços de construção das instituições. As falhas políticas que levaram a eclosão do levante palestino apontam para a responsabilidade de Ehud Barak, e não de Sharon.<sup>75</sup> Dessa forma, tais variáveis devem ser levadas em consideração quando da análise do afloramento deste conflito em que a violência tomou o lugar da política, do diálogo, das negociações, do compromisso, e da possibilidade de uma relação baseada na paz e na estabilidade entre israelenses e palestinos.<sup>76</sup>

A Segunda Intifada pode ser considerada uma ruptura com os Acordos de Paz de Oslo, pois “os arranjos sobre as questões de segurança, previstas pelos acordos de Oslo, não podiam ser efetivos a partir do momento em que a ANP se recusava a reprimir as manifestações contra a ocupação” (BISHARA, 2003, p. 44).<sup>77</sup> No entanto, as tentativas de restabelecimento da paz não foram deixadas de lado, o presidente estadunidense, Clinton, novamente chamou representantes de Israel e Palestina para um encontro em Washington em dezembro de 2000; ao final deste encontro, Clinton apresentou uma proposta para a aproximação para ambas as partes, em que sugeria que a paz seria mais facilmente alcançada se houvesse a evacuação das colônias israelenses isoladas da Cisjordânia, podendo estas ser trocadas pela mesma porcentagem de territórios no interior de Israel.<sup>78</sup> A partir deste momento, encontros ocorreram no Cairo e em Taba, local em que as conversas resultaram em uma declaração conjunta em janeiro de 2001, em que fora afirmado que as equipes de negociação discutiram quatro temas principais: os refugiados, segurança, fronteiras e Jerusalém, com o objetivo de

---

<sup>75</sup> BISHARA, 2002, p. 31.

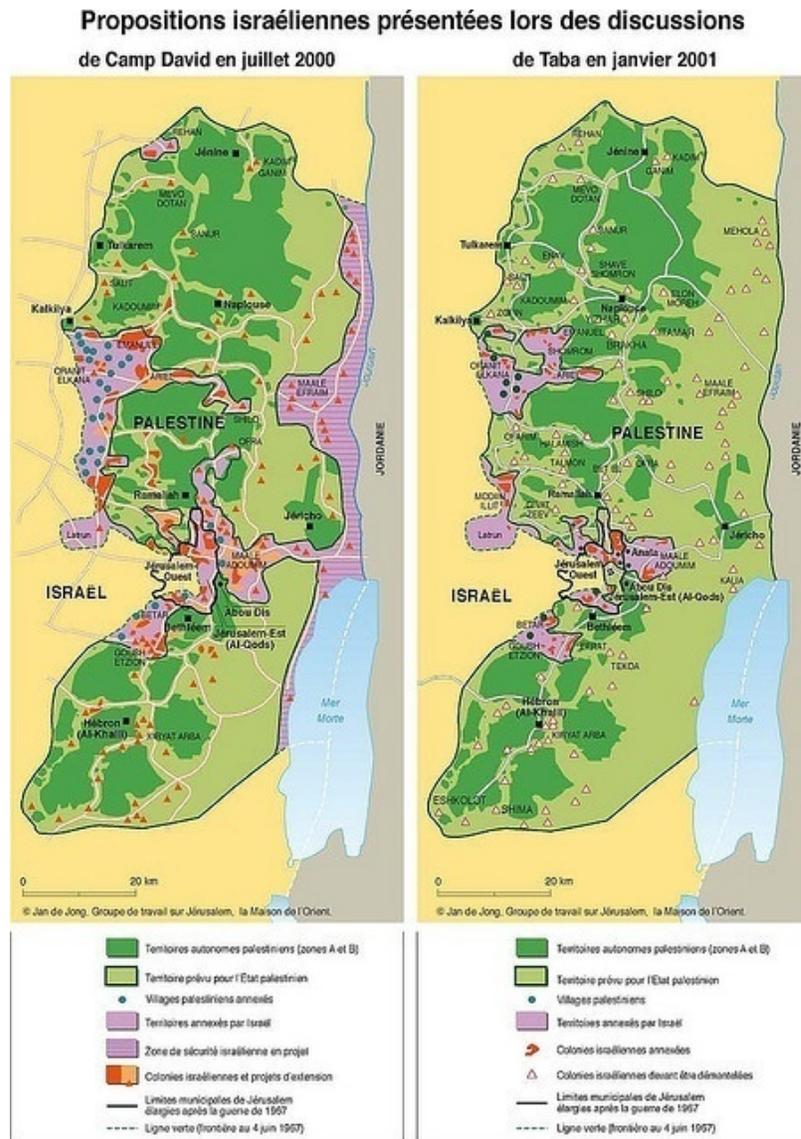
<sup>76</sup> MILTON-EDWARDS, 2009, p. 155.

<sup>77</sup> BISHARA, 2002, p. 44.

<sup>78</sup> BISHARA, 2002, p. 45.

chegar a um acordo permanente que poderia trazer um fim ao conflito entre eles e a instauração da paz para ambos os povos.<sup>79</sup>

## MAPA 8



Fonte: Jerusalem Task Force, Casa do Oriente

As propostas israelenses em Camp David (2000) e Taba (2001) sobre que partes do território da Cisjordânia seria entregue aos palestinos para a formação de seu Estado independente demonstram o descaso israelense em relação a este compromisso firmado desde 1993. Conforme apresentado nos mapas acima, percebe-se que os territórios não seriam

<sup>79</sup> ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2001.

interligados, e nem mesmo teriam fronteiras ligadas ao mar ou outros territórios que não os israelenses, impedindo assim a construção de um Estado soberano. Apesar das propostas, a tentativa de reestruturação da paz ocorrida em Taba permitiu a disseminação da esperança de que o conflito poderia ser superado; no entanto, as forças políticas israelenses tiveram nova mudança, alterando o rumo das negociações, como ocorrera no passado. Em 2001, novas eleições para o posto de Primeiro Ministro israelense ocorreram, e devido às preparações de campanha tais negociações já estavam em espera devido à decisão de Ehud Barak de concorrer ao cargo novamente. O resultado das eleições, mais do que a pausa nas conversas entre israelenses e palestinos, levou ao fim o processo de negociação da paz. Ariel Sharon foi eleito Primeiro Ministro em 2001 e neste mesmo ano, não só tomou medidas que iam à contramão do encontro de Taba, como usou a tensão mundial decorrente dos atentados de 11/09 nos EUA para convencer a opinião mundial de que Arafat era, em relação a Israel, um equivalente a Bin Laden.<sup>80</sup>

Diversos esforços para acabar com o confronto violento e restabelecer o processo de paz falharam devido às ações terroristas palestinas que, com o apoio da Autoridade Nacional Palestina, se intensificavam. O fenômeno dos homens-bomba palestinos mostrava o fim das relações políticas durante a Intifada; estes tinham como alvos israelenses civis e militares. Israel respondeu a nova Intifada com uma série de medidas que visavam cercar o povo palestino e coagi-los dentro de seus territórios; para demonstrar a seriedade do governo israelense, medidas militares firmes foram realizadas, como assassinatos de líderes palestinos e ataques aéreos que tinham a Autoridade Nacional Palestina como alvo. Visando acabar com a Segunda Intifada, Israel impôs novamente medidas como toque de recolher e demolições de residências. Desde 2000, os serviços básicos disponibilizados pela Autoridade Palestina para a Cisjordânia e a Faixa de Gaza foram destruídos por Israel; além disso, a infraestrutura essencial, como pontes, fornecimento de eletricidade e água também foram alvo da destruição militar israelense.<sup>81</sup> As atividades de Israel contra a infraestrutura palestina acabaram não somente com as condições físicas de vida dos palestinos, mas também com as condições econômicas. Ao final de vários meses de cercos e bombardeios realizados por Israel, a economia palestina estava arruinada, se contraindo em um terço do Produto Nacional Bruto (PNB).<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> MILTON-EDWARDS, 2009, p. 200.

<sup>81</sup> MILTON-EDWARDS, 2009, p. 156.

<sup>82</sup> BISHARA, 2003, p. 159.

Esta Intifada não foi, entretanto, um levante totalmente diferente daquele que ocorrera em 1987. Apesar das pedras terem sido trocadas por armas pelo povo palestino, em muitos aspectos a Segunda Intifada foi similar a primeira. Essas similaridades ocorreram principalmente em relação ao povo palestino, que experimentou pela segunda vez violência autodestrutiva, militância islâmica, rejeições do Ocidente, e rivalidades internas entre líderes políticos palestinos a respeito de estratégia e táticas.<sup>83</sup> Semelhante à guerra contra o Líbano travada por Israel em 1982, a Segunda Intifada foi uma guerra urbana intensa<sup>84</sup>, em que mais de 4000 pessoas morreram, sendo que 77% das fatalidades foram de palestinos, enquanto 22% foram de israelenses e 1% foram cidadãos estrangeiros.<sup>85</sup> Após um ano da deflagração deste levante, a violência permaneceu a níveis extremos; com a ocorrência dos atentados terroristas ao World Trade Center em 2001, os Estados Unidos se alinham a Israel publicamente. Quando as Nações Unidas declaram que as hostilidades entre israelenses e palestinos devem cessar imediatamente, os Estados Unidos utilizam seu direito de veto contra a resolução da ONU.<sup>86</sup>

O governo de Ariel Sharon deixou claro desde o início de seu mandato que sua política em relação aos palestinos seria de pressão militar, através de ataques preventivos contra alvos palestinos localizados geralmente em cidades autônomas palestinas, visando desarticular os grupos de resistência; pressão econômica, através do fechamento das fronteiras com Israel para os trabalhadores palestinos; e pressão política, através do isolamento do principal interlocutor palestino nas negociações de paz, Yasser Arafat.<sup>87</sup>

Em 2002, Israel iniciou um cerco à Cisjordânia proibindo a movimentação palestina e a circulação de produtos entre as cidades da região.<sup>88</sup> A Basílica da Natividade, em Belém, e o quartel-general de Arafat, em Ramalah, foram igualmente cercados, e todos aqueles que se refugiaram dentro destes locais ficaram reclusos. Apesar de estar preso em seu próprio quartel-general, Arafat se mostrou firme e declarou que um cessar-fogo só seria aceito quando nos territórios palestinos ocupados não houvesse mais a presença israelita. Após um mês de cerco, Arafat, sem ter autorização para deixar Ramalah, aceita a proposta estadunidense de entregar à Inglaterra e aos Estados Unidos os palestinos implicados na morte de Ministro de

---

<sup>83</sup> SCHANZER, 2008, p. 50.

<sup>84</sup> VIZENTINI, 2002, p. 119.

<sup>85</sup> SMITH, 2008, p. 58.

<sup>86</sup> ARAGÃO, 2006, p. 59.

<sup>87</sup> ZAHREDDINE, 2006, p. 15.

<sup>88</sup> BISHARA, 2003, p. 161.

Turismo israelita, que ocorrera há algum tempo. Um acordo é finalmente alcançado após um mês de invasão israelense, e é tornado público que Arafat tem autorização para deixar Ramalah, na condição de que não ocorra mais nenhum atentado contra Israel. Cinco meses após o início da invasão israelense, dá-se a retirada de Ramalah, mas a violência persiste e mais tarde Israel volta a ocupar as principais cidades palestinas.<sup>89</sup> Pode-se afirmar, portanto, que “a obsessão em eliminar Arafat (ao menos politicamente) vincula-se à tentativa de inviabilizar a existência de um governo representativo. Arafat representa uma resistência histórica [...]” (VIZENTINI, 2002, p. 120.).<sup>90</sup> Arafat volta então a afirmar que o povo palestino não iria desistir da criação de um Estado independente; e o partido trabalhista israelense passa a defender o fim das colônias na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Com intuito de renovar a liderança da Autoridade Palestina, Israel exige a realização de eleições; no entanto, Arafat afirma que enquanto Israel mantiver o cerco militar, não haveria possibilidade das eleições se concretizarem, propondo que Israel recue às posições de setembro de 2000. O aumento da pressão advinda da opinião pública internacional, assim como das lideranças de diversos países não pareceu afetar Israel, que com o apoio estadunidense, intensificou as incursões militares às cidades palestinas.<sup>91</sup>

A “guerra contra o terrorismo” declarada pelos Estados Unidos tornou-se o principal alibi de Israel para perpetuar essa lógica de confronto. Ela permitiu que Israel definisse o conflito na Cisjordânia e em Gaza como uma guerra entre democracia e terrorismo. (BISHARA, 2003, p. 168.)<sup>92</sup>

A Segunda Intifada teve um impacto importante sobre a relação entre as forças políticas palestinas. A rivalidade entre o Fatah e o Hamas, os dois maiores partidos políticos palestinos, foi intensificada e as decisões ruins do presidente da Autoridade Palestina, cujo apoio vinha do Fatah, Yasser Arafat, fizeram com que o Hamas passasse a receber suporte de várias partes da sociedade palestina.<sup>93</sup> O enfraquecimento político de Arafat era perceptível, mas isso não impediu que a população permanecesse lutando firmemente para expulsar os invasores israelenses de seus territórios, a fim de criar seu Estado independente. Como resposta aos persistentes atentados com homens-bomba palestinos, Israel realiza ainda em 2002 mais uma medida para isolar e pressionar o povo palestino – sendo iniciada a construção

---

<sup>89</sup> ARAGÃO, 2006, p. 60-63.

<sup>90</sup> VIZENTINI, 2002, p. 120.

<sup>91</sup> ARAGÃO, 2006, p. 64.

<sup>92</sup> BISHARA, 2003, p. 168.

<sup>93</sup> SCHANZER, 2008, p. 63.

de um muro. Essa medida, entretanto, não é totalmente eficaz, não impedindo muitos dos atentados e mostrando-se extremamente cara, um milhão de dólares por quilômetro.<sup>94</sup>

Como resposta a uma pressão internacional intensa, em junho de 2002, o Presidente estadunidense George W. Bush anunciou que uma solução para o conflito era essencial, mas que para possibilitar as negociações seria necessário que Yasser Arafat não se envolvesse, declarando que a paz necessitava uma liderança palestina diferente para que o Estado palestino pudesse nascer. Os Estados Unidos exigiram então de Israel que suas forças militares retornassem à posição que ocupavam em setembro de 2000. Como Arafat não foi aceito por Bush ou Sharon como um interlocutor válido, Mahmoud Abbas foi escolhido como Primeiro Ministro da Autoridade Palestina em 2003; essa mudança não levou, no entanto, a nenhuma conversa produtiva em busca da paz entre israelenses e palestinos.<sup>95</sup> Em 2003, também ocorreram mudanças no cenário político israelense, quando o partido trabalhista deixou a coalizão de governo de Sharon por afirmar que ele não estava verdadeiramente comprometido em instaurar a paz; isso levou a dissolução do governo e a realização de novas eleições, que foram, entretanto, vencidas novamente por Ariel Sharon.<sup>96</sup> Apesar de não haver ocorrido mudança de representante do governo, a alteração das forças políticas internas em Israel teve um peso importante na tentativa de paz que viria a seguir. Ainda em 2003, uma tentativa de cessar-fogo por parte dos palestinos é realizada, mas não houve reciprocidade de Israel; essa tentativa foi chamada de Hudna, que em árabe significa armistício. Apesar do anúncio da iniciativa de paz de 2003, a opinião pública internacional se chocou quando Sharon informou que a construção do muro não seria encerrada.<sup>97</sup>

Em abril de 2003, o Mapa da Estrada (*Road Map*) para solucionar o conflito palestino-israelense foi anunciado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em nome dos Estados Unidos, das Nações Unidas, da Rússia e da União Européia. Os palestinos aceitaram o documento por completo; neste documento era informado que um Estado palestino independente e democrático seria criado. Os israelenses, no entanto, se opuseram a diversos artigos e condicionaram sua participação nas conversas de paz finais a tais correções. As condições impostas por Israel tornariam o acordo ineficaz; isto fez com que o processo de paz não alcançasse sucesso no decorrer dos anos do governo Bush.<sup>98</sup> A Autoridade Palestina

---

<sup>94</sup> VIZENTINI, 2002, p. 121.

<sup>95</sup> CARTER, 2007, p. 157.

<sup>96</sup> DEEB II, 2003, p. 44.

<sup>97</sup> MILTON-EDWARDS, 2009, p. 200.

<sup>98</sup> CARTER, 2007, p. 161.

demonstrou desde o princípio seu comprometimento com a implementação do Mapa da Estrada, tendo iniciado ao final das conversas com Israel um cessar-fogo de três meses, em que até mesmo o Hamas se comprometeu a cessar a realização de atentados; o governo de Sharon, entretanto, nada fez para implementar a primeira fase do documento e ainda intensificou suas atividades militares durante o período em que Abbas implementara o cessar-fogo. Sharon acabou por aceitar o Mapa da Estrada e declarou seu apoio a construção do Estado palestino, mas manteve quatorze pontos de objeção ao restante do conteúdo do documento.<sup>99</sup>

Em fevereiro de 2004, Sharon impressionou o mundo ao anunciar o Plano de Retirada. O plano foi aprovado finalmente em junho de 2004, e foi estipulado que a retirada inicial ocorreria na Faixa de Gaza e no norte da Samaria, região da Cisjordânia. O Knesset, Câmara Legislativa israelense, endossou o plano em outubro de 2004 e ele foi posto em prática dezoito meses após seu anúncio, já em 2005.<sup>100</sup> Ainda em 2004, morre Yasser Arafat de doença prolongada e em seu lugar, como presidente da Autoridade Palestina, é eleito Mahmoud Abbas<sup>101</sup>; sua morte libertou a opinião pública palestina do sentimento de lealdade ao movimento encabeçado por Arafat, abrindo, posteriormente, espaço para o Hamas vencer as eleições de 2006.<sup>102</sup> Em fevereiro de 2005, ocorre a reunião de cúpula de Sharm el-Sheikh, em que se encontraram Sharon, Abbas, o presidente egípcio Mubarak e o rei Abdullah da Jordânia; neste encontro foi definido que os palestinos cessariam todos os atos de violência contra israelenses, e que israelenses cessariam toda sua atividade militar contra os palestinos.<sup>103</sup>

Em agosto de 2005, Israel iniciou a implementação da retirada de seus exércitos, cujo processo durou três semanas e foi realizado na Faixa de Gaza e em quatro comunidades do norte da Samaria. O processo de retirada das quatro comunidades isoladas na Cisjordânia foi um passo simples; a retirada de Gaza, no entanto, foi uma movimentação dramática e sem precedentes na história da ocupação israelense da Palestina.<sup>104</sup> Em setembro de 2005, o movimento de retirada da Faixa de Gaza foi completado e o domínio militar israelense direto chegou ao fim após 38 anos naquele território. Apesar do fim do domínio militar, os assentamentos se mantiveram em Gaza, como modo de justificar a ocupação da Cisjordânia;

---

<sup>99</sup> REINHART, 2006, p. 18-20.

<sup>100</sup> REINHART, 2006, p. 30.

<sup>101</sup> ARAGÃO, 2006, p. 65.

<sup>102</sup> SMITH, 2008, p. 59.

<sup>103</sup> ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2005.

<sup>104</sup> REINHART, 2006, p. 30.

dessa forma, o plano de retirada pode ser considerado como uma jogada política israelense para ganhar o tempo necessário para finalizar a construção do muro da Cisjordânia e permitir a expansão dos blocos de assentamentos centrais. Este plano para ganhar tempo se mostrou um sucesso; no entanto, Sharon acabou perdendo os assentamentos na Faixa de Gaza posteriormente.<sup>105</sup>

Apesar de evacuar esses assentamentos, Sharon manteve controle das fronteiras da Faixa de Gaza e se reservou ao direito de realizar incursões militares no território caso se sentisse ameaçado por atividades realizadas no interior da Faixa.<sup>106</sup> Não havia sinais de que Israel permitiria a existência de transporte por ar ou água, forçando assim o povo palestino a ter de passar por Israel para sair da Faixa de Gaza. O domínio israelense permanecia presente, desta vez de fora para dentro do território; pescadores não tinham autorização para deixar o porto, trabalhadores eram privados de trabalhar fora do território, a importação e a exportação de bens era restrita e por vezes cortada completamente. Relatórios das Nações Unidas mostravam a realidade palestina de uma população desnutrida a níveis semelhantes aos dos países mais pobres do sul do Saara. Este era, portanto, o impacto da retirada israelense da Faixa da Gaza, ocorrida antes da vitória do Hamas em 2006 e da reinvasão de Israel ao território em decorrência da captura de um soldado israelense por militantes do Hamas.<sup>107</sup>

Esse ponto do trabalho realizou uma análise cujo período se estendeu do momento em que os Acordos de Oslo apresentam suas primeiras falhas até a retirada das forças militares israelenses da Faixa de Gaza, tratando de modo mais aprofundado as causas e consequências da Segunda Intifada. O capítulo apresentou os entraves políticos, as pressões internas e ações de grupos contrários aos acordos que acabaram levando ao insucesso do processo de paz. Os ícones políticos que encabeçaram este período de frustração e posterior retomada da violência têm papel importante na análise realizada; assim como aqueles que iniciaram o esforço de paz novamente após anos de confronto da Segunda Intifada também receberam o espaço merecido. Do fracasso de um processo de paz ao início de outro, foram apresentadas tanto medidas inéditas em busca da finalização dos conflitos, como ações que propositalmente levaram ao agravamento do conflito.

---

<sup>105</sup> REINHART, 2006, p. 43-45.

<sup>106</sup> REINHART, 2006, p. 46.

<sup>107</sup> CARTER, 2007, p. 176.

## 5. CONCLUSÃO

Ao fim e ao cabo, fazendo-se uma análise crítica do tema em estudo, se faz necessário tecer algumas considerações acerca deste tema que é igualmente importante e polêmico nas relações internacionais.

Quanto aos objetivos iniciais deste estudo, buscou-se primeiramente demonstrar como a assinatura dos Acordos de Paz de Oslo pode ser considerada uma consequência da Primeira Intifada; apesar da afirmativa ser verdadeira, não somente este levante possui relação causal direta com o processo de paz. Diversos acontecimentos na história das relações entre israelenses e palestinos receberam propostas visando à solução em forma de artigos, anexos ou atas que integram o documento completo da Declaração dos Princípios. Outra relação causal proposta no início deste estudo e que foi comprovada refere-se à Segunda Intifada como fato decorrente do insucesso resultante do descumprimento do que fora acordado no processo de paz iniciado em 1993.

Em segundo lugar, demonstrou-se, conforme proposto, que a repercussão negativa da Primeira Intifada em âmbito internacional realmente induziu o governo israelense a almejar novos planos de paz; da mesma forma, como as variadas oposições, vindas tanto da sociedade palestina como da israelense, de fato puseram em xeque o processo de paz de 1993. Por fim, conforme proposto no início deste trabalho, demonstrou-se que a atitude israelense de negar-se a realizar retirada de tropas dos territórios palestinos ocupados em 1967, conforme previsto pelos Acordos de Paz de Oslo, foi condição básica para a deflagração da Segunda Intifada, em 2000.

Após analisar todas as circunstâncias que levaram à assinatura dos Acordos de Paz de Oslo e como o seu descumprimento encerrou um processo de paz promissor, pode-se afirmar que o processo de paz iniciado em 1993 foi uma oportunidade perdida. Apesar do propósito deste trabalho não buscar apontar culpados, depois de estudar o assunto de maneira mais aprofundada, é impossível não admitir que o desequilíbrio da balança de poder existente na região dificulta a busca por uma solução justa deste conflito.<sup>108</sup> O Estado de Israel, com apoio declarado dos Estados Unidos e na posição de potência nuclear, atualmente abandonou o temor de seus Estados vizinhos e ignora esforços em busca da paz de forma arrogante. Isso

---

<sup>108</sup> DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Org.), 2002, p. 49.

pode ser claramente percebido no momento em que, tentando solucionar o conflito, palestinos abdicaram da realização de atos violentos como modo de fazer valer o Mapa da Estrada proposto pelo presidente estadunidense Bush em 2003, enquanto Israel manteve seus esforços de ocupação e mesmo aumentaram a repressão nestes territórios. Concomitante a essa escalada do conflito, a morte de Yasser Arafat em 2004 veio a contribuir para o aumento da violência, pois ele era o último elo palestino aos esforços para alcançar a paz que haviam sido iniciados com os Acordos de Oslo.

Por fim, tornou-se perceptível o despreparo israelense para uma conciliação histórica com o povo palestino. O governo israelense acabou utilizando cada tentativa de paz como trégua a fim de ganhar tempo para aumentar seu domínio. Pode-se dizer, portanto, que os líderes israelenses, ao invés de oferecerem soluções reais ao povo palestino, ofereceram duas opções. De um lado propunham soluções finais imediatas, que poriam fim ao conflito, sem, no entanto, alterar as fronteiras israelenses, resolver a questão dos refugiados, ou mesmo permitir o estabelecimento de um Estado palestino nos territórios da Faixa de Gaza ou da Cisjordânia; e por outro lado, havia propostas de longo prazo, que abordariam certas questões, mas adiariam a solução de diversas outras. O primeiro tipo de solução foi proposto por Barak e Netanyahu, líderes de perfil mais arrogante; enquanto o segundo foi proposto por Sharon e Peres, líderes mais céticos e experientes. Com isso, pode-se dizer que Israel só está preparada para aceitar um Estado palestino, caso este seja totalmente dependente do Estado israelense.<sup>109</sup>

O estudo do conflito palestino-israelense é essencial, portanto, para a compreensão dos pontos de divergência que há décadas se apresentam entre estes povos, incentivando a continuidade de um conflito que gera perdas humanas, sociais e financeiras para todos os envolvidos. O conflito sobre o qual o trabalho discorre está atualmente em andamento, e vem afetando a estabilidade de todo o Oriente Médio desde o estabelecimento do Estado de Israel, em 1948. A consolidação de uma tentativa de conciliação entre as divergentes demandas apresentadas pela OLP e Israelenses somente poderá ocorrer através de uma profunda compreensão deste conflito, que se mantém há mais de 60 anos.

O encerramento da análise no ano de 2005 deixa grande parte da história deste conflito sem ser abordada, mas o objetivo inicial foi alcançado, pois foram abordados fatos desde o

---

<sup>109</sup> BISHARA, 2003, p. 175.

princípio da Primeira Intifada até a retirada militar israelense da Faixa de Gaza, que marcou o fim da Segunda Intifada – fechando, desta forma, o ciclo da história em que os Acordos de Paz de Oslo estão inseridos. Desde 2005, no entanto, a história do conflito prosseguiu de forma acelerada, passando pela eleição do partido Hamas na Palestina, o que intensificou os conflitos, e ainda por outras tentativas de acordos de paz. Enquanto Israel continua a se dedicar a negociações diretas como o único método de resolver o conflito, a liderança palestina iniciou, em 2011, o caminho da ação unilateral, preferindo a tentativa de forçar sua vontade sobre Israel através da pressão internacional, com a apresentação de um pedido de admissão à das Nações Unidas em setembro. No entanto, sabe-se que sem convencer os Estados Unidos, dificilmente o povo palestino terá chance de sucesso nesta empreitada. Todas essas informações mostram como o conflito em andamento ainda deixa espaço para a continuação deste estudo, que por estar cercado de tantas incertezas, não é um tema de fácil análise.

## REFERÊNCIAS

Livros e Artigos:

ARAFAT, Yasser. **LETTER FROM YASSER ARAFAT TO PRIME MINISTER RABIN. 09/09/1993**. Disponível em: <<http://www.mideastweb.org/osloletters.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

ARAGÃO, Maria José. **Israel x Palestina: origens, história e atualidade do conflito**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

ARAGNO, Sofia. **Para uma história do conflito árabe-israelense**. Observatório de Conflitos, 2003. Disponível em < [www.nodo50.org/observatorio/arabe-israeli.htm](http://www.nodo50.org/observatorio/arabe-israeli.htm) > Acesso em: 27 set. 2011.

ARONOFF, Myron Joel. **Power and Ritual in the Israel Labor Party: a study in political anthropology**. [s.l.]: M E Sharpe Inc., 1993. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=cIUO5o5R4poC&pg=PA31&lpg=PA31&dq=mapai+e+rafi+golda+meir&source=bl&ots=w\\_J5qCNSYJ&sig=XFu57DTcQY4yNYtUaqXvZXWM6VY&hl=pt-BR&ei=aHHFTtujI-eq2gWimeXGBQ&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=4&ved=0CDEQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=cIUO5o5R4poC&pg=PA31&lpg=PA31&dq=mapai+e+rafi+golda+meir&source=bl&ots=w_J5qCNSYJ&sig=XFu57DTcQY4yNYtUaqXvZXWM6VY&hl=pt-BR&ei=aHHFTtujI-eq2gWimeXGBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CDEQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 08 out. 2011.

ARONSON, Geoffrey. **Recapitulating the Redeployments: The Israel-PLO 'Interim Agreements'**. [s.n.], 2000. Disponível em: <[http://www.thejerusalemfund.org/ht/a/GeneratePdfAction/url/h~t!http,!www\\*thejerusalemfund\\*org!h~t!display!ContentDetails!i!2151!pid!v/filename/The%20Jerusalem%20Fund.pdf](http://www.thejerusalemfund.org/ht/a/GeneratePdfAction/url/h~t!http,!www*thejerusalemfund*org!h~t!display!ContentDetails!i!2151!pid!v/filename/The%20Jerusalem%20Fund.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2011.

ATIEH, Adel et al. **Peace in the Middle East: P2P and the Israeli-Palestinian Conflict**. Geneva: United Nations, 2005.

BISHARA, Marwan. **Palestina/Israel: a Paz ou o Apartheid**. Paris: La Découverte, 2002.

BROWN, Nathan J.. **Palestinian Politics After the Oslo Accords: Resuming Arab Palestine**. Londres: University Of California Press, 2003. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=YkstKjWgdqkC&lpg=PA1&ots=kXeGsIW-Yh&dq=palestinian%20politics&lr&hl=pt-BR&pg=PA11#v=onepage&q&f=true>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

CARTER, Jimmy. **Palestine: Peace Not Apartheid**. Londres: Pocket Books, 2007.

CLINTON, William J.; BARAK, Ehud; ARAFAT, Yasser. **Trilateral Statement on the Middle East Peace Summit**. Camp David: 2000. Disponível em: <[http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/2000\\_2009/2000/7/Trilateral+Statement+on+the+Middle+East+Peace+Summ.htm](http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/2000_2009/2000/7/Trilateral+Statement+on+the+Middle+East+Peace+Summ.htm)>. Acesso em: 14 out. 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. **Revolução e Contra-Revolução na Palestina: Da partilha imperialista a vitória do Hamas**. [s.n.]. 2006. Disponível em: <[http://insrolux.org/joomla/index.php?option=com\\_content&task=view&id=172&Itemid=51](http://insrolux.org/joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=172&Itemid=51)>. Acesso em: 04 jun. 2011.

DEEB II, Dennis J.. **The Collapse of Middle East Peace: The Rise and Fall of the Oslo Peace Accords**. Lincoln: iUniverse, Inc., 2003. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=zMxHKrRrNfEC&lpg=PA20&dq=israeli%20politics%20oslo&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q=israeli%20politics%20oslo&f=true>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Org.). **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: Unesp, 2002. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=WhE\\_VhGSI3UC&pg=PA13&dq=os+acordos+de+oslo+arafat&hl=pt-BR&ei=z5\\_FTr-pHebr0QGDtIW1DA&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=2&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q=os%20acordos%20de%20oslo%20arafat&f=false](http://books.google.com.br/books?id=WhE_VhGSI3UC&pg=PA13&dq=os+acordos+de+oslo+arafat&hl=pt-BR&ei=z5_FTr-pHebr0QGDtIW1DA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q=os%20acordos%20de%20oslo%20arafat&f=false)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

EMBAIXADA DE ISRAEL. **Memorando de Wye River**. Washington, 1998. Disponível em: <<http://eitan.com.br/Processo%20de%20Paz%20-%20%20Memorando%20de%20Wye%20River.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2011.

HALLIDAY, Fred. **100 Myths About the Middle East**. Los Angeles: University Of California Press, 2005.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. New York: Cambridge University Press, 2005.

ISRAEL, Government Of; P.L.O.. **DECLARATION OF PRINCIPLES ON INTERIM SELF-GOVERNMENT ARRANGEMENTS**. Washington, 1993. Disponível em: <<http://www.mideastweb.org/meoslodop.htm>>. Acesso em: 14 out. 2011.

LAMAS, Bárbara Gomes. **Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Paz**. Minas Gerais: PUC Minas, 2004. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20050802162917.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050802162917.pdf)> Acesso em 7 de jun. 2011.

**Livro Branco de 1939**, The Avalon Project, Yale Law School. Disponível em <[http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/brwh1939.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/brwh1939.asp)> no dia 20/09/2011.

MILTON-EDWARDS, Beverley. **The Israeli-Palestinian Conflict: A people's war**. New York: Routledge, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ISRAEL. **40 Anos de Procura por Israel: A Paz**. Jerusalém, 1988.

NACIONES UNIDAS. **La Cuestion de Palestina 1979 - 1990**. Nova Iorque, 1991.

PILATI, Anselmo; PIRES, Ariel José. **O Conflito Palestino-Israelense e o Oriente Médio**. Turvo: 2008. Disponível em: <[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/710-4.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/710-4.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2011.

REINHART, Tanya. **The road map to nowhere: Israel/Palestine since 2003**. Londres: Verso, 2006. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=E\\_hxx4pXDZoC&oi=fnd&pg=PP11&dq=israel+roadmap+2003&ots=sKtvWIC](http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=E_hxx4pXDZoC&oi=fnd&pg=PP11&dq=israel+roadmap+2003&ots=sKtvWIC)>

ISq&sig=F71EzaznaC8BCzpTpTgRrw041jM#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 02 nov. 2011.

SCHANZER, Jonathan. **Hamas vs. Fatah**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

SMITH, Dan. O atlas do Oriente Médio: conflitos e soluções. São Paulo: Publifolha, 2008.

TRAUMANN, Andrew Patrick. **Buscar Aliados Sim, Contar com os Outros Não: A Relação Dúbia Entre os Governos Árabes e o Movimento Palestino**. REVISTA LITTERIS No 2 ISSN: 1982-7429, 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O Oriente Médio e Afeganistão: Um Século de Conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

WEBER, Mark. West Germany's Holocaust payoff to Israel and world Jewry. **The Journal Of Historical Review**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.243-250, 20 jun. 1988. Disponível em: <[http://www.ihr.org/jhr/v08/v08p243\\_Weber.html](http://www.ihr.org/jhr/v08/v08p243_Weber.html)>. Acesso em: 17 out. 2011.

ZAHREDDINE, Danny. **O conflito Palestino-israelense: Implicações Regionais e Tendências**. In: Clóvis Brigagão; Domício Proença Jr.. (Org.). O Brasil e os Novos Conflitos Internacionais. Rio de Janeiro: Gramma / Fundação Konrad Adenauer, 2006. Disponível em: <<http://www.geopolitics.com.br/O%20conflito%20Palestino-israelense%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20Regionais%20e%20Tend%C3%Aancias.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

Sites e Notícias:

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Israeli-Palestinian Joint Statement**. 2001. Disponível em: <[http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/2000\\_2009/2001/1/Israeli-Palestinian+Joint+Statement+-+27-Jan-2001.htm](http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/2000_2009/2001/1/Israeli-Palestinian+Joint+Statement+-+27-Jan-2001.htm)>. Acesso em: 15 out. 2011.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Israel's Story in Maps**. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/MFA/Facts+About+Israel/Israel+in+Maps/>>. Acesso em: 17 out. 2011.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Statement by PM Ariel Sharon at the Sharm el-Sheikh Summit**. 2005. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/MFA/Government/Speeches+by+Israeli+leaders/2005/Statement+by+PM+Sharon+at+Sharm+el-Sheikh+Summit+8-Feb-2005.htm>>. Acesso em: 17 out. 2011.

ISSEROFF, Ami. **Introduction to Letter from Yasser Arafat to Prime Minister Rabin**. Disponível em: <<http://www.mideastweb.org/osloletters.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

ORIENT HOUSE. **JERUSALEM TASK FORCE**. Disponível em: <[http://www.orienthouse.org/dept/jtf\\_dept.html](http://www.orienthouse.org/dept/jtf_dept.html)>. Acesso em: 25 out. 2011.

THE ISRAEL PROJECT. **French - Israeli Relations (1947 - 2008)**. Disponível em: <<http://www.theisraelproject.org/site/apps/nlnet/content2.aspx?c=hsJPK0PIJpH&b=883997&ct=5105209>>. Acesso em: 18 out. 2011.

U.S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE. **Public Papers of the Presidents of the United States**: William J. Clinton: 1993, Book II, Photographic Portfolio. Disponível em: <<http://www.access.gpo.gov/nara/pubpaps/1993portv2.html>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

## ANEXOS

### ANEXO A

Excertos da Resolução No. 181 de 28 de novembro de 1947

Concernente ao plano de partilha da Palestina, ao futuro governo da Palestina e à internacionalização de Jerusalém

A Assembléia Geral tendo se reunido em sessão especial a pedido da Potência mandatária para criar e instruir um comitê especial para preparar-se para o exame da questão do futuro governo da Palestina na Segunda sessão regular; Tendo constituído um Comitê Especial e o instruído a investigar todas as questões e tópicos relevantes para o problema da Palestina, e a preparar propostas para a solução do problema e

Tendo recebido e examinado o relatório do Comitê Especial, recomenda ao Reino Unido, como potência mandatária para a Palestina, e todos os demais Membros das Nações Unidas a adoção e implementação, com vistas ao futuro governo da Palestina, do Plano de Partilha com a União Econômica apresentado abaixo:

Plano de Partilha com união econômica

Parte I - Constituição e governo futuros da Palestina

A. Término do mandato, Partilha e Independência

1. O mandato para a Palestina terminará até 1º de agosto de 1948.
2. As forças armadas da Potência mandatária se retirarão progressivamente da Palestina (...) até 1º de agosto de 1948.
3. Os Estados independentes judeu e árabe e o Regime Especial Internacional para a cidade de Jerusalém, estabelecidos na parte III deste plano, ganharão existência na Palestina em dois meses após a evacuação das forças armadas da Potência mandatária.

Capítulo I: Lugares santos, prédios e sítios religiosos

1. Direitos vigentes a respeito dos lugares santos e prédios e sítios religiosos não serão negados nem dificultados.

2. Sempre que se tratar de lugares santos, a liberdade de acesso à visita e trânsito será garantida, de conformidade com os direitos vigentes a todos os residentes e cidadãos do outro Estado e da Cidade de Jerusalém, bem como aos estrangeiros, sem distinção de nacionalidade.

Do mesmo a liberdade de culto será garantida, segundo os direitos vigentes, respeitadas as exigências de ordem pública e decoro.

3. Os lugares santos e os sítios e prédios religiosos serão preservados. Não será permitida qualquer ação que possa de algum modo afetar seu caráter sagrado.
4. Nenhuma taxa será cobrada concernente a qualquer lugar santo, prédio ou sítio religioso que estava isento de taxa na data da criação do Estado.
5. O governo da cidade de Jerusalém terá o direito de determinar se as disposições da constituição do Estado com relação aos lugares santos, prédio e sítios religiosos dentro das fronteiras do Estado e os direitos religiosos pertinentes estão sendo bem aplicados e respeitados, e de tomar decisões com base nos direitos vigentes em casos de disputas que possam surgir entre as diferentes comunidades religiosas sobre tais lugares.

## Capítulo II: Direitos religiosos e das minorias

1. Serão garantidos a todos a liberdade de consciência e o livre exercício de todas as formas de culto, sujeitos somente a exigência de ordem pública e dos costumes.
2. Nenhum tipo de discriminação será admitida entre os habitantes com base em raça, religião, língua ou sexo.
3. Todas as pessoas dentro da jurisdição do Estado serão protegidas de igual forma pelas leis.
4. O direito de família e o status pessoal das várias minorias e seus interesses religiosos, incluindo doações serão respeitados.
5. O Estado garantirá educação primária e secundária adequada para as minorias árabe e judia, respectivamente, em sua própria língua e tradições culturais. O direito de cada comunidade manter suas próprias escolas para a educação de seus membros em sua própria língua, enquanto o acomoda aos requisitos educacionais de natureza geral como o Estado pode impor, não será negado nem dificultado.
6. Nenhuma restrição será imposta ao livre uso, por qualquer cidadão do Estado, de qualquer língua em relações privadas, no comércio, na religião, na imprensa ou em publicações de qualquer espécie, ou em reuniões públicas.

7. Nenhuma apropriação de terra possuída por um árabe no Estado judeu (por um judeu no Estado árabe) será consentida exceto por propósitos públicos. Em todos os casos de apropriação será paga indenização total, a ser fixada pela Suprema Corte, antes da desapropriação.

### Parte III: A cidade de Jerusalém

#### A. Regime Especial

A cidade de Jerusalém será definida como um *corpus separatum* sob regime internacional especial e será administrada pelas Nações Unidas. O Conselho Curador será designado para desempenhar as funções da Autoridade Administrativa em nome das Nações Unidas.

#### B. Fronteiras da cidade

A cidade de Jerusalém incluirá a atual municipalidade de Jerusalém acrescida das vilas e cidades circunvizinhas, das quais a mais a leste será Abu Dis; a mais ao sul, Belém; Ein Karim (incluindo também a área construída de Motsa), a mais a oeste; e, a mais ao norte, Shu'fat.

#### C. Estatuto da cidade

O Conselho Tutelar elaborará e aprovará um detalhado Estatuto da Cidade que conterà *inter alia* a parte principal das seguintes medidas:

1. Máquina governamental: A Autoridade Administrativa no desempenho de suas obrigações administrativas perseguirá os seguintes objetivos especiais:
  - a. Proteger e preservar os interesses espirituais e religiosos ímpares localizados na cidade das três grandes fés monoteístas de todo o mundo, cristã, judia e muçulmana; para isto, a fim de garantir a ordem e a paz;
  - b. Para incentivar a cooperação entre todos os habitantes da cidade em seu próprio interesse, bem como a fim de encorajar e apoiar o desenvolvimento pacífico das relações mútuas entre os dois povos palestinos e em todas a Terra Santa; para promover a segurança, o bem-estar e quaisquer medidas construtivas para o desenvolvimento de iniciativa dos residentes, tendo em vista as circunstâncias especiais e os costumes dos vários povos e comunidades.

#### 2. Governador e equipe administrativa

O Conselho Curador designará um Governador da Cidade de Jerusalém, o qual será responsável por ela. Ele será escolhido com base em qualificações especiais e sem

preocupação com nacionalidade. Ele não será, porém, um cidadão de nenhum dos dois Estados da Palestina.

O governador representará as Nações Unidas na cidade e exercerá em seu nome todos os poderes administrativos, incluindo a gerência dos negócios estrangeiros.

### 3. Autonomia local

- a. As unidades autônomas locais existentes no território da cidade (vilas, distritos, municipalidades) gozarão de largos poderes de governo e administração locais.
- b. O governador estudará e submeterá à consideração e decisão do Conselho Curador um plano para a criação de unidades urbanas especiais consistindo, respectivamente de seções judia e árabe da nova Jerusalém. As novas unidades urbanas continuarão a fazer parte da atual municipalidade de Jerusalém.

### 4. Medidas de segurança

- a. A cidade de Jerusalém será desmilitarizada; sua neutralidade será declarada e preservada, e nenhuma organização, exercício ou atividade paramilitar será permitida dentro de suas fronteiras.
- b. Caso a administração da cidade de Jerusalém seja seriamente obstaculizada ou dificultada por falta de cooperação ou interferência de uma ou mais partes da população, o governador terá autoridade para tomar as medidas que forem necessárias para restaurar o funcionamento efetivo da administração.
- c. Para garantir a manutenção da lei e da ordem internas, especialmente para a proteção dos lugares santos e prédios e sítios religiosos da cidade, o governador organizará uma força policial especial de força adequada, cujos membros serão recrutados fora da Palestina. O governador terá poderes para gerir recursos orçamentários necessários para a manutenção desta força.

### 5. Organização legislativa

Um conselho Legislativo, eleito pelos residentes adultos da cidade, independente de nacionalidade, com base no sufrágio universal e secreto e com a representação proporcional, terá poderes de legislar e criar impostos. Nenhuma medida legislativa, entretanto, conflitará com ou interferirá nas medidas que serão determinadas no Estatuto da cidade, nem prevalecerá sobre elas qualquer lei, regulamento ou ato oficial. O Estatuto capacitará o governador com o direito de vetar decretos inconsistentes com as medidas temporárias, no caso de o Conselho não aprovar a tempo um decreto considerado essencial para o funcionamento normal da administração.

#### 6. Administração da Justiça

O Estatuto cuidará da criação de um sistema judiciário independente, incluindo uma corte de apelação. Todos os habitantes da cidade estarão sujeitos a ela.

#### 7. União econômica e sistema econômico

A cidade de Jerusalém será incluída na União Econômica da Palestina e respeitará todas as cláusulas e acordos feitos com aquela entidade, bem como as decisões adotadas pela Junta Econômica Mista.

#### 8. Liberdade de trânsito e de visita; controle dos residentes.

Sujeita a considerações de segurança e de bem-estar econômico quando decididas pelo governador, em conformidade com as orientações do Conselho Curador, a liberdade para entrar nas fronteiras da cidade e de aí residir, será garantida para os residentes ou cidadãos dos Estados árabe e judeu. A imigração para a cidade e a residência dentro de suas fronteiras, para nacionais de outros Estados, serão controladas pelo governador com base nas orientações do Conselho Curador.

#### 9. Relações com os Estados árabe e judeu.

Representantes dos Estados árabe e judeu serão credenciados pelo governador da cidade e encarregados da proteção dos interesses de seus Estados, em conexão com a administração internacional da cidade.

#### 10. Línguas oficiais.

O árabe e o hebraico serão as línguas oficiais da cidade. Isto não impedirá a adoção de uma ou mais línguas extras de trabalho, caso seja necessário.

#### 11. Cidadania.

Todos os residentes se tornarão ipso facto cidadãos da cidade de Jerusalém, a menos que optem pela cidadania do Estado do qual eles têm sido cidadãos, se árabes ou judeus, tenham preenchido formulário de intenção para se tornarem cidadãos do Estado Árabe ou do Estado Judeu, respectivamente.

#### 12. Liberdades do cidadão

- a. Sujeitos somente a exigências de ordem pública e de razões morais, os habitantes da cidade terão assegurados os direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo liberdade de consciência, religião e culto, língua, educação, fala e imprensa, assembléia e associação.
- b. Nenhuma discriminação de qualquer espécie será admitida entre os cidadãos com base em raça, religião, língua ou sexo.
- c. Todas as pessoas dentro da cidade terão direito a igual proteção das leis.

- d. A lei de família e o status pessoal das diversas pessoas e comunidades e de seus interesses religiosos serão respeitados.
- e. Exceto quando solicitada por exigências de ordem pública e de bom governo, nenhuma medida será tomada que obstrua ou interfira na gestão de entidades religiosas ou caritativas de nenhum credo, nem que discrimine qualquer representante ou membro dessas entidades, com base em sua religião ou em sua nacionalidade.
- f. A cidade garantirá educação primária e secundária adequada para as comunidades árabe e judia, respectivamente, em suas próprias línguas e de acordo com suas tradições culturais.

O direito de cada comunidade de manter suas próprias escolas para a educação de seus membros em sua própria língua, desde que em conformidade com as exigências educacionais de natureza geral que a cidade possa impor, não será negado nem dificultado. Escolas de educação estrangeiras continuarão em atividade com base em seus direitos vigentes

## ANEXO B

Resolução 242 do  
Conselho de Segurança das Nações Unidas  
22 de novembro de 1967

O Conselho de Segurança,

Expressando sua preocupação permanente com a grave situação no Oriente Médio, enfatizando a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra e a necessidade de trabalhar por uma paz justa e duradoura na qual cada Estado na região possa viver em segurança,

Enfatizando, ademais, que todos os Estados Membros em sua aceitação da Carta das Nações Unidas assumiram um compromisso de agir de acordo com o Artigo 2 da carta,

1. Afirma que a efetivação dos princípios da Carta requer o estabelecimento de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio que inclua a aplicação dos dois seguintes princípios:
  - I. Evacuação das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no conflito recente;
  - II. Encerramento de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito pelo reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado da região e de seu direito a viver em paz dentro das fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou de atos de força;
2. Afirma ainda a necessidade de
  - a. Garantia de liberdade de navegação através internacionais da área;
  - b. Conseguir um acordo justo para o problema dos refugiados;
  - c. Garantir a inviolabilidade territorial e independência política de cada Estado da região, através de medidas que incluam a criação de zonas desmilitarizadas;
3. Pede que o Secretário- Geral indique um representante especial para ir ao Oriente Médio para estabelecer e manter contatos com os Estados envolvidos a fim de promover um acordo e apoiar os visando à obtenção de um acordo de paz aceitável, de acordo com as normas e princípios desta resolução;
4. Pede que o Secretário- Geral apresente um relatório ao Conselho de Segurança sobre o progresso dos esforços do Representante Especial, logo que seja possível.

## ANEXO C

Resolução 338 do  
Conselho de Segurança das Nações Unidas  
22 de outubro de 1973

1. O Conselho de Segurança pede a todas as partes envolvidas no conflito para cessar-fogo e interromper todas as atividades militares imediatamente, e não mais do que 12 horas após o momento da adoção dessa resolução, nas posições que ocupam agora.
2. pede às partes envolvidas que comecem imediatamente após o cessar-fogo a implementação da Resolução 242 do Conselho de Segurança em todas as suas partes;

3. decide que imediatamente e concomitantemente com o cessar-fogo, negociações comecem entre as partes envolvidas sob os auspícios apropriados com objetivo de estabelecer uma paz justa e durável no Oriente Médio.

#### ANEXO D

Foto que caracterizou os Acordos de Oslo internacionalmente, em que Yitzhak Rabin, Bill Clinton, e Arafat aparecem celebrando os Acordo de Paz de Oslo em 13 de Setembro de 1993.



Fonte: U.S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE, 1993.